

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC  
Centro Sócio Econômico – CSE  
Departamento de Economia e Relações Internacionais

**GABRIELA DA SILVEIRA**

**DESIGUALDADE SOCIAL E COMPLEXIDADE NA ECONOMIA BRASILEIRA:  
uma análise Furtadiana**

Florianópolis, 2018

**GABRIELA DA SILVEIRA**

**DESIGUALDADE SOCIAL E COMPLEXIDADE NA ECONOMIA BRASILEIRA:  
uma análise Furtadiana**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharela.

**Orientador: Dr. Marcelo Arend**

Florianópolis, 2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**GABRIELA DA SILVEIRA**

**DESIGUALDADE SOCIAL E COMPLEXIDADE NA ECONOMIA BRASILEIRA:**  
uma análise Furtadiana

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10 à aluna Gabriela da Silveira na disciplina CNM7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Marcelo Arend  
Orientador, CNM/UFSC

---

Prof. Dr. Marcos Alves Valente  
Membro da Banca, CNM/UFSC

---

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan  
Membro da Banca, CNM/UFSC

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, em primeiro lugar, que enfrentaram suas batalhas diárias para me proporcionarem as oportunidades de vida e estudo das quais eles mesmos não puderam usufruir. Agradeço pelos exemplos que sempre foram de humildade, perseverança e força, me incentivando a ser uma pessoa melhor. Ao amor que me dedicam e que, por tantas vezes, foi meu suporte no caminho até a graduação. À minha mãe, por toda a compreensão, pela bondade, pelos incentivos, pela garra, por sempre acreditar no melhor de mim e por ser a responsável pelo meu amor às palavras. À meu pai, pelo sentimento que dispensa as palavras, por toda a sua coragem e pela determinação para que sonhos não sejam apenas sonhos, inclusive os meus. Espero ser, um dia, um terço dos seres humanos que vocês são.

Às oportunidades que a Universidade Federal de Santa Catarina me proporcionou, não só para meu desenvolvimento intelectual como pessoal. Sou muito grata por todo o conhecimento adquirido. Também o sou por ter participado da Associação Atlética de Relações Internacionais, bem como de outras atividades extracurriculares, que me proporcionaram uma experiência única e que me mostraram que o ensino vai além das salas de aula.

Ao Professor e Orientador Dr. Marcelo Arend, por todas as aulas das quais tive o prazer de participar, bem como ao suporte incansável concedido para a realização deste trabalho. Muito obrigada pelo desafio proposto e por compartilhar seu conhecimento comigo. Ao amigo Márcio Henrique, por todas as dicas valiosas e o auxílio ímpar que me prestou durante a graduação, em especial nos últimos semestres.

Aos amigos e amigas que tive a felicidade de fazer ao longo desses quatro anos e meio, que com certeza deixaram tudo mais leve e bonito. Pelos momentos únicos que compartilhamos desde então, pelos desabafos e risadas, por todo o apoio que sempre me deram e por mostrarem que, às vezes, escolhemos a família da qual fazemos parte. Como a nossa.

*“A característica mais significativa do modelo brasileiro é a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico.”*

(Celso Furtado)

## RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar o paradoxo da queda da desigualdade social brasileira desde os anos de 1990, em paralelo à redução da complexidade econômica do país, sob a ótica Furtadiana. Para isso, são apresentados os conceitos de subdesenvolvimento e de processos de modernização de Celso Furtado, que permitem uma melhor compreensão do cenário econômico e social brasileiro do período proposto. Em seguida, analisa-se a redução da concentração de renda no Brasil durante os governos desde 1990, a partir de seu contexto político histórico e com base em dados extraídos do IPEA, World Inequality Database, entre outros. Por fim, a terceira seção desta pesquisa apresenta a Teoria da Complexidade Econômica e a relação feita por Hartman et al (2017) entre o nível de complexidade econômica de um país e sua desigualdade social, para que, sob a perspectiva Furtadiana, possa-se averiguar quais os limites da diminuição da desigualdade de renda no Brasil nos moldes como ela ocorreu desde a década de 1990. Dessa maneira, verifica-se que o alívio da concentração de renda no Brasil apoiou-se, em grande parte, em políticas públicas sociais promovidas pelos governos, e não em uma sofisticação do tecido produtivo brasileiro. Assim, conclui-se que a redução da desigualdade social do Brasil não é sustentável, uma vez que não há mudanças na estrutura produtiva do país, que tornou-se menos complexa economicamente durante o período analisado.

**Palavras-chave:** Celso Furtado. Desigualdade Social. Políticas Sociais. Complexidade Econômica. Estrutura produtiva.

## ABSTRACT

The present study proposes to analyze the paradox of the fall of Brazilian social inequality since the 1990s, in parallel with the reduction of the economic complexity of the country, from the Furtadian view. In order to achieve that, the concepts of underdevelopment and modernization processes of Celso Furtado are presented, which allow a better understanding of the Brazilian economic and social scenario in the proposed period. Next, the reduction of the concentration of income in Brazil during the governments since 1990 is analyzed, from its historical political context and based on extracted data from IPEA, World Inequality Database, among others. Finally, the third section of this research presents the Economic Complexity Theory and Hartman et al's (2017) relationship between the level of economic complexity of a country and its social inequality so that, from the Furtadian perspective, it can be verified what are the limits of the reduction of income inequality in Brazil in the way it has been since the 1990s. Thus, it can be assessed the relief of income concentration in Brazil was based, in most part, on the promoted social public policies by the governments, and not in the sophistication of the Brazilian productive structure. It is concluded that the reduction of Brazil's social inequality is not sustainable, since there are no changes in the country's productive structure, which became less complex economically during the analyzed period.

**Keywords:** Celso Furtado. Social Inequality. Social Politics. Economic Complexity. Productive Structure.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Variação real do gasto social no governo FHC (1995-2002). 1995= 100%.....	29
Figura 2 - Preço de commodities (Índice 2005=100).....	31
Figura 3 - Salário mínimo média anual, 2002-2014, nominal e real (base em 2002=100).....	32
Figura 4 - Parcela (%) da população abaixo da linha de pobreza, 1990-2014.....	34
Figura 5 - Concessão mensal de crédito a pessoas físicas, em R\$ bilhões, 2002-2014.....	34
Figura 6 - Coeficiente de Gini, 1990-2014.....	35
Figura 7 - Taxa de pobreza extrema (em %).....	38
Figura 8 - Parcela (%) da população abaixo da linha de pobreza extrema, 1990-2014.....	39
Figura 9 - Participação dos 10% de maior renda ao redor do mundo - 2016.....	41
Figura 10 - Participação dos 10% de maior renda ao redor do mundo - 1980-2016.....	42
Figura 11 - A concentração da renda nacional pelo 1% mais rico - Mundo (2017).....	42
Figura 12 - A concentração da renda nacional pelo 1% mais rico - Brasil (2002-2015).....	43
Figura 13 - Desigualdade social no Brasil: estimativas DINA.....	45
Figura 14 - Explicação Gráfica de Diversidade e Ubiquidade.....	50
Figura 15 - Mapa do mundo colorido de acordo com o Ranking do Índice de Complexidade Econômica.....	51
Figura 16 - O Espaço-Produto.....	54
Figura 17 - O Produto-Espaço revisado.....	55
Figura 18 - Relação entre o nível de Complexidade Econômica e a Renda per Capita dos países em dólar (2009).....	56
Figura 19 - Estrutura de exportação do Chile e da Malásia em 2012.....	58
Figura 20 - O Índice de Gini do Produto.....	60
Figura 21 - Espaço-Produto e Desigualdade de Renda.....	61
Figura 22 - Pauta exportadora do Brasil em 1995.....	62
Figura 23 - Pauta exportadora do Brasil em 2000.....	62
Figura 24 - Pauta exportadora do Brasil em 2009.....	63
Figura 25 - Pauta exportadora do Brasil em 2016.....	63
Figura 26 - Índice de Complexidade Econômica do Brasil (1995-2005).....	64
Figura 27 - O PGI dos produtos exportados pelo Brasil (1995 e 2016).....	65
Figura 28 - Composição das exportações em % do volume total.....	67
Figura 29 - Produção industrial e volume de importações. Janeiro de 2000 = 100, com ajuste sazonal.....	68
Figura 30 - Posse de bens duráveis e acesso a serviços públicos essenciais, 1992-2012.....	70



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do gasto social no governo FHC (1995-2002) em R\$ milhões.....	28
Tabela 2 - Participação na renda do Brasil - 2015.....	45
Tabela 3 - Taxa de variação anual dos indicadores de rendimentos e de consumo em períodos selecionados (%).....	69

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. O CONCEITO FURTADIANO DE SUBDESENVOLVIMENTO E SUA PERSPECTIVA SOBRE PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
2.1. CELSO FURTADO E O SUBDESENVOLVIMENTO .....	13
2.2. O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E OS PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO .....	19
<b>3. A QUEDA DA DESIGUALDADE SOCIAL BRASILEIRA APÓS ANOS 1990.....</b>	<b>24</b>
3.1. CONTEXTUALIZANDO A QUEDA DA DESIGUALDADE.....	24
3.2. GOVERNOS FERNANDO COLLOR ATÉ FHC.....	26
3.3. GOVERNOS LULA E DILMA.....	30
3.4. UMA OUTRA PERSPECTIVA SOBRE A QUEDA DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL .....	40
<b>4. ANÁLISE DOS LIMITES DA QUEDA DA DESIGUALDADE SOCIAL BRASILEIRA SOB A ÓTICA DA TEORIA DA COMPLEXIDADE ECONÔMICA E CELSO FURTADO .....</b>	<b>48</b>
4.1. A TEORIA DA COMPLEXIDADE ECONÔMICA.....	48
4.2. ÍNDICE DE COMPLEXIDADE ECONÔMICA, RENDA PER CAPITA E O ESPAÇO-PRODUTO .....	51
4.3. COMPLEXIDADE ECONÔMICA E DESIGUALDADE DE RENDA .....	56
4.4. ANÁLISE DO BRASIL A PARTIR DE SUA COMPLEXIDADE ECONÔMICA .....	61
4.5. OS LIMITES DA QUEDA DA DESIGUALDADE SOCIAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE FURTADIANA .....	65
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>76</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A redução da desigualdade social está no cerne do debate sobre desenvolvimento, principalmente nos países subdesenvolvidos, cuja característica marcante é a elevada concentração de renda. De acordo com Milone (1998) apud Oliveira (2002, p.40), para verificar se houve desenvolvimento econômico é necessário avaliar seus indicadores, tais como os de “[...] renda, renda per capita, PIB e PIB per capita, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte”, bem como a existência do crescimento econômico no período.

No Brasil, os esforços para a diminuição dos níveis de desigualdade social (um dos maiores do mundo) ganhou impulso com a promulgação da Constituição de 1988, inaugurando um período de transformações no que concerne à promoção e abrangência de políticas públicas sociais. A partir da década de 1990, o governo brasileiro passou a promover diversas políticas – como as de valorização do salário mínimo e de transferência de renda – que contribuíram com a redução da desigualdade de renda brasileira em níveis históricos para a trajetória do país.

Para Celso Furtado (autor de uma vasta literatura sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento) o Brasil é um exemplo de um país que, ainda que possa apresentar crescimento econômico, mantém as suas características de subdesenvolvimento, tal como a desigualdade, já que os países subdesenvolvidos passam por um processo de modernização que “[...] tende a agravar as desigualdades sociais, em função do avanço da acumulação” (FURTADO, 1983, p. 82).

Além disso, Hartmann et al (2017) avançaram os estudos sob a perspectiva da Complexidade Econômica ao estabelecer uma relação inversa entre a complexidade econômica de um país e a sua concentração de renda. A partir dessa relação, os autores concluíram que países que possuem uma estrutura produtiva mais complexa tendem a ser menos desiguais, enquanto que países que exportam produtos menos complexos tendem a possuir uma maior desigualdade de renda. Assim, sob a ótica de Furtado e da Complexidade, um aumento de desigualdade de renda seria a tendência esperada para o Brasil dada a desindustrialização ocorrida a partir dos anos 1990.

Portanto, observa-se um possível paradoxo no Brasil, no qual a redução da desigualdade social ocorreu concomitantemente à queda da complexidade econômica. Assim, deve-se averiguar se isso ocorreu porque o alívio da concentração de renda brasileira baseou-

se em parte em políticas sociais promovidas pelo governo, não em mudanças estruturais. Desse modo, a presente pesquisa se propõe a analisar os limites da queda da desigualdade social brasileira – como a observada desde a década de 1990 – sem que haja mudanças na estrutura produtiva do país de modo a torná-la mais complexa economicamente, a partir da perspectiva Furtadiana.

Busca-se verificar a hipótese de que houve uma queda da complexidade – em parte incentivada pela alta dos preços das commodities no cenário internacional – mas que, ao mesmo tempo, as políticas de Estado possibilitaram a participação das classes mais pobres no processo de modernização. Contudo, tal paradoxo não parece sustentável ao longo prazo sem que ocorra uma sofisticação na estrutura produtiva do país, podendo ter possivelmente se esgotado desde 2015, com uma nova piora dos indicadores sociais.

Para investigar essa hipótese, a pesquisa divide-se em três capítulos. No primeiro deles, apresenta-se o conceito do autor Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento – condição na qual insere-se o Brasil – bem como sua perspectiva sobre os processos de modernização. Estes processos colaboram para o entendimento da atual situação periférica do Brasil ao mostrar que, através deles, uma minoria elitizada da população se apropria do excedente econômico para buscar um padrão de consumo de países desenvolvidos, sem que isso encontre correspondente no progresso técnico do seu país ou fomente o bem estar geral, além de gerar concentração de renda.

No segundo capítulo, analisa-se a queda da desigualdade social ocorrida no Brasil a partir dos anos 1990, considerando como ponto de partida a Constituição de 1988 e como ela influenciou as diretrizes adotadas pelos governantes que a seguiram. A partir disto, são analisadas as ações e políticas adotadas pelos governos desde 1990, contextualizando-as economicamente e apresentando os resultados obtidos no que diz respeito ao âmbito social, como, por exemplo, os avanços no combate à pobreza e extrema pobreza e o aumento do salário mínimo. Ainda, verifica-se a magnitude do alívio da concentração de renda brasileira quando comparada aos padrões internacionais, principalmente a renda que se refere à parcela mais rica do Brasil.

Por fim, no terceiro capítulo, as primeiras seções buscam trazer o conceito e metodologia da Teoria da Complexidade Econômica, assim como os estudos de 2017 de Hartmann e outros autores, que possibilitaram relacionar o nível de complexidade econômica do país com sua tendência a possuir maior ou menor desigualdade social. Após isto, apresentam-se os dados de complexidade do Brasil e, por fim, é feita uma análise Furtadiana

do paradoxo brasileiro, discutindo a limitação existente na melhoria dos níveis de concentração de renda sem que ocorra a sofisticação do tecido produtivo do país.

## **2. O CONCEITO FURTADIANO DE SUBDESENVOLVIMENTO E SUA PERSPECTIVA SOBRE PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO**

O primeiro capítulo desta pesquisa busca apresentar e discutir o conceito de Celso Furtado sobre subdesenvolvimento, bem como sobre os processos de modernização pelos quais os países periféricos passaram. Para isto, o capítulo divide-se em duas seções. Na primeira é introduzido o pensamento de Furtado acerca de subdesenvolvimento, contextualizando-o em um sistema capitalista de dois polos, o centro e a periferia. Já na segunda seção, discorre-se sobre o que o autor chama de mito do desenvolvimento econômico e sobre os processos de modernização, assim como o papel que as elites desempenham neles.

### **2.1. CELSO FURTADO E O SUBDESENVOLVIMENTO**

Celso Monteiro Furtado, economista e político brasileiro, foi um dos maiores intelectuais do país no século XX. Formado em Direito e Doutor em Economia, tornou-se economista da Fundação Getúlio Vargas entre os anos de 1948 e 1949. Em seguida, foi diretor por quase dez anos da Divisão de Desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), uma das cinco comissões regionais criadas pela ONU com vistas ao desenvolvimento econômico da região.

Furtado assumiu a diretoria do BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico) por cerca de um ano, e foi convidado pelo então presidente do Brasil Juscelino Kubitschek para elaborar e comandar o projeto da SUDENE, que nasceu do seu Plano de Desenvolvimento do Nordeste. Torna-se Ministro Extraordinário de Planejamento durante o governo de João Goulart e ocupa o cargo até ter seus direitos cassados através do AI-1, durante a ditadura, sendo exilado no ano de 1964.

É na CEPAL que Furtado irá trabalhar com o também renomado economista Raúl Prebisch e desenvolver seu plano de desenvolvimento para os anos de 1955 a 1962. Prebisch, primeiro diretor da comissão, coloca em questão no seu Manifesto Latino-americano (1949) a falsa perspectiva de que a teoria econômica elaborada por países desenvolvidos se aplicaria a todos os demais. Contrariando a tese Ricardiana das vantagens comparativas na divisão internacional do trabalho, Prebisch defende que existe uma deterioração dos termos de troca entre o produzido pelos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, sendo que estes seriam prejudicados. Isso implica dizer que, ao contrário da perspectiva dominante, o

desenvolvimento não seria um acontecimento linear nem inevitável, mas sim desigual. Conforme Furtado (1983) afirma, a extensão do processo de industrialização aos principais países da Europa fez com que o desenvolvimento fosse considerado como uma parte da ordem natural das coisas, assim como o era a existência de uma tendência do homem ao menor esforço, assinalado por Adam Smith.

Furtado, ao destacar a especificidade da trajetória dos países da América Latina, defende um desenvolvimento que seja pensado para a região, com suas características próprias, ao invés de aplicar-se como regra o curso do desenvolvimento tal qual aconteceu na Europa. Tendo seu pensamento alinhado em parte à perspectiva cepalina, o autor desenvolve o que ficaria conhecida como Teoria Estruturalista da CEPAL, mostrando as relações existentes entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, entre o centro e a periferia. Se consagra como um dos maiores autores da corrente desenvolvimentista nacionalista e possui mais de trinta títulos acerca do que se torna seu pensamento central, o desenvolvimento.

Assim, Furtado desenvolve uma extensa literatura sobre a questão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. De acordo com sua abordagem histórico-social, ele fornece o contexto no qual os países estudados se encontram, o que lhe permitiria não só diagnosticá-los como orientá-los em direção à superação da armadilha do subdesenvolvimento, que se tornou uma de suas maiores teses.

Para que se torne possível entender o pensamento furtadiano, faz-se necessário compreender o que talvez seja o seu mais importante conceito, o de subdesenvolvimento, bem como o que Furtado entende então por desenvolvimento econômico. Para o autor,

O desenvolvimento, ademais de ser o fenômeno de aumento de produtividade do fator do trabalho que interessa ao economista, é um processo de adaptação das estruturas sociais a um horizonte em expansão de possibilidades abertas ao homem. As duas dimensões – a econômica e a cultural – não podem ser captadas senão em conjunto [...] Em síntese: o desenvolvimento não é uma simples questão de aumento de oferta de bens ou de acumulação de capital, possui ele um sentido, é um conjunto de respostas a um projeto de autotransformação de uma coletividade humana (FURTADO, 1969, p. 18-19).

Se para o autor o crescimento econômico refere-se, de fato, à expansão da produção de um país, o conceito de desenvolvimento econômico não só o compreende como o supera: “[...] ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho” (FURTADO, 1977, p. 90).

Pode-se dizer que enquanto o crescimento econômico corresponde ao aumento de produção real e fluxo de renda de um determinado conjunto econômico, o desenvolvimento relaciona-se às repercussões do fenômeno de crescimento nesse referido conjunto (FURTADO, 1977). Essa distinção entre ambos os conceitos é importante para que se entenda o motivo pelo qual o Brasil, ainda que tenha apresentado altas taxas de crescimento econômico entre os anos de 1930 - 1955 (governo de Juscelino Kubitschek) e 1955 - 1980 (ditadura militar), não tenha escapado da armadilha do subdesenvolvimento.

Furtado (1983) compreende que o subdesenvolvimento não se caracteriza como um processo à parte do desenvolvimento, mas sim um desenvolvimento singular, uma nova face do próprio desenvolvimento capitalista. O desenvolvimento não é necessariamente um processo linear e inevitável na trajetória de todos os países, independente de suas particularidades, mas sim um fenômeno desigual.

Para entendermos seu conceito de subdesenvolvimento precisamos inseri-lo num sistema capitalista que possui dois polos - o centro e a periferia. Quando criou-se um núcleo industrial na Grã-Bretanha, durante a Revolução Industrial, deu-se início a uma expansão tecnológica em escala mundial. Esse núcleo industrial continuou a expandir-se e fez com que existisse, de um lado, um centro no qual ocorre o progresso tecnológico, e do outro uma periferia. Esta última seria a estrutura caracterizada pelos países menos desenvolvidos, ou subdesenvolvidos - correspondentes às antigas colônias - onde a difusão de progresso técnico ocorre de maneira “lenta e gradual” (PREBISCH, 1949).

A expansão desse núcleo industrial ocorreu em três direções distintas. A primeira ocorre dentro da própria Europa Ocidental, de maneira diferente da que se dava a economia artesanal pré-capitalista e apresentando altos níveis de produtividade. A segunda direção deu-se na busca por mão de obra, capital e técnica em terras além das fronteiras europeias, motivada por diversos fatores, mas que Furtado (1977) mostra serem basicamente os mesmos do desenvolvimento da própria Europa da qual faziam parte também as economias australiana, canadense e estadunidense: os europeus que iam para tais territórios levavam os hábitos europeus e buscavam riqueza de recursos naturais. Uma vez estabelecidas essas “colônias”, rapidamente alcançaram altos níveis de vida, mesmo equiparados aos dos países no continente europeu.

A terceira linha de desenvolvimento aconteceu em direção a regiões já ocupadas e pré-capitalistas. Este desenvolvimento não foi homogêneo, variando os interesses da expansão capitalista na região, que podiam ir desde apenas possibilitar o comércio até incentivar a



produção local de bens requisitados pelos países do centro, bem como as circunstâncias locais. Assim, o resultado de maneira geral refletiu-se no surgimento de estruturas dualistas, das quais uma parte buscava maximizar o lucro e adotar formas modernas de consumo, enquanto que a outra permanecia nos moldes pré-capitalistas de produção. Para Furtado (1977), é nessa estrutura dualista que temos a origem do fenômeno do subdesenvolvimento. Para o autor,

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. Para captar a natureza das atuais economias subdesenvolvidas, necessário se torna levar em conta essa particularidade (FURTADO, 1977, p. 189).

As estruturas dualistas também permitem entender o porquê de a expansão do comércio internacional iniciado na Europa não ter gerado equivalentes na expansão de um sistema capitalista de produção, já que tal expansão resultou em parte na manutenção de formas econômicas pré-capitalistas.

Furtado (1977) forneceu como exemplo uma economia que recebe uma exploração mineira comandada por uma empresa estrangeira, responsável pela produção e comercialização dos bens. O impacto deste novo setor produtivo na estrutura do país dependerá de três fatores: mão de obra absorvida, nível do salário e os impostos pagos. Sabemos que uma vez que o salário ofertado seja maior que a média local, a disponibilidade de mão de obra para a empresa será elástica. Ainda assim, as economias baseadas na mineração não conseguem atrair grande percentual da população do país para esse trabalho. Passado um certo tempo, o equilíbrio entre a parcela da população que trabalha e que não trabalha para a mineradora irá se restabelecer, fazendo com que a presença da empresa estrangeira não cause grandes impactos na estrutura econômica do país. Indo além, Furtado afirmou que sempre que o núcleo capitalista era controlado externamente, pouco se alteraram as estruturas dos países. Assim,

Como a empresa capitalista está ligada à região onde se localizou quase que exclusivamente como um agente criador de massa de salários, seria necessário que o montante dos pagamentos ao fator trabalho alcançasse grande importância relativa para provocar modificações na estrutura econômica. [...] a empresa capitalista que penetra em uma região de estrutura pré-capitalista não se vincula, efetivamente, a esta última, pelo simples fato de que a massa de lucros por ela gerados não pertence à economia local (FURTADO, 1977, p. 189 - 190).

Nos casos em que a atividade exportadora era controlada não por empresas estrangeiras, mas por capital nacional, como foi o caso da expansão cafeeira no Brasil, novos aspectos surgiam, já que um fluxo de renda gerado a partir de atividades ligadas ao comércio exterior poderia criar uma série de possibilidades (ou de problemas). Ainda que diante de novas possibilidades, os resultados não foram muito distintos para o caso brasileiro, já que “[...] esgotadas as possibilidades de expansão do setor cafeeiro, a experiência demonstrou que os novos capitais nele formados tendiam antes a expatriar-se que a buscar outros campos de aplicação dentro da economia onde se formavam.” (FURTADO, 1977, p. 192).

Furtado (1977) admite a existência de economias subdesenvolvidas mais complexas, que vão além da interação entre empresas estrangeiras e que são remanescentes de uma estrutura econômica pré capitalista. As economias de grau superior possuíam um núcleo industrial ligado ao mercado interno, criado a partir da expansão de procura global, que permitisse a coexistência de setores relacionados ao comércio exterior, fluxo monetário ou mercado interno. O Brasil é um exemplo dessa espécie de economia, já que possuía a produção controlada por grupos nacionais, recursos naturais em abundância e um mercado interno relativamente grande.

Enquanto que nas economias de grau inferior a massa de salários é o único fator capaz de promover mudanças que impactem significativamente as estruturas da economia local, nas economias superiores podem surgir reações cumulativas que promovam modificações estruturais. Ainda que a procura externa, e não os lucros, seja o fator dinâmico para essas economias, suas repercussões internas podem se multiplicar e elevar o nível de renda do país (FURTADO, 1977).

A superioridade dessas economias subdesenvolvidas ocorre quando o núcleo industrial dos países se diversifica e torna-se capaz de produzir parte das máquinas necessárias ao seu desenvolvimento. Ainda assim, isso não significa que esses países deixem de ser subdesenvolvidos. Com frequência, ainda que possam apresentar um núcleo industrial como esse, as estruturas dessas economias permanecem sem alterações significativas, já que os benefícios do progresso são absorvidos por apenas uma pequena parte da população.

Países cuja produção industrial já alcançou elevado grau de diversificação e apresenta uma participação no produto relativamente elevada, continuam com uma estrutura ocupacional tradicional. Desta forma, as economias subdesenvolvidas podem conhecer fases prolongadas de crescimento de seu produto global e per capita sem reduzir o grau de dependência externa e heterogeneidade estrutural interna, que são suas características essenciais (FURTADO, 1977, p. 196).

Portanto, o subdesenvolvimento, que pode apresentar-se de diversas formas e em diversos estágios, é uma característica específica da periferia do sistema capitalista, dada a sua relação com o centro do sistema capitalista.

O tipo de relações que existem entre o centro e a periferia estaria na base do fenômeno de concentração de renda em escala mundial, que se realiza principalmente por meio da deterioração persistente dos termos do intercâmbio dos países periféricos (FURTADO, 1977, p. 43).

A ideia de subdesenvolvimento de Furtado está particularmente ligada aos casos em que aumentos de produtividade e absorção de novas tecnologias e técnicas produtivas não levam a uma maior homogeneidade social. Assim, enquanto que o progresso técnico nos países desenvolvidos é fator levado em conta na produção, possuindo respaldo na acumulação de capital, na disponibilidade de fatores como mão de obra e no excedente econômico, nos países subdesenvolvidos este excedente não encontra correspondentes em fatores cruciais, tais quais o capital e progresso tecnológico.

Quando observa-se o processo de acumulação de capital no mundo, percebe-se que ele afasta cada vez mais o centro desse sistema capitalista, que passa por uma homogeneização referente, por exemplo, aos padrões de consumo, da periferia, que por sua vez dirige-se ao oposto da homogeneidade ao ter suas particularidades e diferenças tornando-se mais fortes e evidentes. Mas ainda maior que a distância entre o centro e a periferia é o fosso que a linha de desenvolvimento tomada pelas elites nos países subdesenvolvidos cria dentro desses próprios países.

Furtado (1983) argumenta que, a partir das informações disponíveis, é certo que as elites existentes nos países da periferia representam parcela minoritária da população, que não cresce tal qual o ritmo da industrialização. Isso vai ao encontro da observação de que as taxas de natalidade têm seu ritmo reduzido para as pessoas dos países ricos e da elite, o que geraria um aumento mais acelerado da população periférica no mundo.

Furtado, ao levar em conta que a renda da população dos países do centro é cerca de dez vezes maior que a dos países periféricos, infere que as elites, na busca de um padrão de consumo cêntrico, teriam um nível de renda dez vezes maior que o restante da população dos países da periferia. Indo além, o autor afirmou que, portanto, a elite poderia representar no máximo 10% do total da população do seu país, já que para tornar verdadeiro esse número o 90% restante não teria renda alguma. Assim, o autor constatou que nos casos mais típicos de países periféricos, no qual uma minoria detém entre um terço e metade da renda do país

enquanto a outra parte se distribui de forma desigual entre as demais pessoas, as elites não deveriam equivaler a mais que 5% da população (FURTADO, 1983).

## 2.2. O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E OS PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO

Considere-se que, após a fase de importação de bens de luxo por parte dessa restrita elite, tem-se início uma fase de substituição de importações, com vistas à produção e desenvolvimento internos dos produtos até então importados. O protecionismo inerente a esse estágio que visa possibilitar a internalização desses bens de consumo ainda irá coexistir com subsídios para a importação de bens de capital, restringindo parte do avanço tecnológico que a produção desse tipo de bem poderia gerar. Essa conjuntura faz com que qualquer ganho de produtividade gerado pela produção interna de determinados bens choque-se que com um aumento do desemprego causado pelos subsídios aplicados aos bens de capital.

Seria após esse estágio, no desenvolvimento interno desses bens de capital, que adentra-se no que Furtado (1977) caracteriza como sendo um estágio superior de subdesenvolvimento. Porém, nos países do centro continuam ocorrendo novas revoluções tecnológicas e o surgimento de novos bens que serão então importados pelas elites econômicas periféricas, causando um ciclo vicioso.

O estilo de vida dessa elite não comporta, portanto, uma ruptura com o subdesenvolvimento de seu país e sua posterior ascensão ao desenvolvimento. Pelo contrário, o que o autor demonstra é que um estilo de vida ao nível dos países do centro, com seu padrão de consumo elevado a despeito da depredação do ambiente em escala mundial que isso possa vir a gerar, sempre será privilégio de apenas uma minoria. Desse modo, seria ilusório acreditar que o desenvolvimento econômico, no sentido de que os pobres irão em certo momento alcançar o nível de vida dos ricos, seja factível.

A essa ideia ilusória Furtado (1983) atribui o que ele chama de *mito do desenvolvimento econômico* - a crença de que as periferias podem desenvolver-se e desfrutar dos padrões de vida do centro. Ainda assim, não se deve negar o apelo que essa ideia - a possibilidade de desenvolvimento - possui para a população da periferia. É ela que fundamenta todo o tipo de sacrifício e esforços que a massa da população aceita com o objetivo de afastar-se cada vez mais do modo de vida periférico e ocupar um lugar no centro do sistema capitalista.

Assim, ainda que haja períodos nos quais ocorram aumentos de produtividade no país e nos quais os bens que até então eram importados pela elite passem a ser produzidos internamente, não há uma realocação de recursos de forma a gerar um bem-estar geral, já que apenas uma minoria se apropria dos benefícios desses períodos com o intuito de diversificar rapidamente seus hábitos de consumo. É essa maneira de utilização do excedente econômico de um país por determinada parcela da população que caracteriza o que entendemos hoje por economias subdesenvolvidas.

[...] o principal fator causante da elevação de produtividade na economia periférica industrializada parece ser a diversificação dos padrões de consumo das minorias de altas rendas, sem que o processo tenha necessariamente repercussões nas condições de vida da grande maioria da população (FURTADO, 1986, p. 182 apud ALBUQUERQUE, 2009, p.64).

Sendo os benefícios de aumentos de produtividade apropriados pelas elites, é certo que a renda disponível para seu consumo se torna gradativamente maior. Dessa maneira, essa parcela da população teve disponibilidade de recursos para acompanhar de perto os níveis de consumo do centro, numa escala tal que acabaram por perder o contato com a cultura local de seu próprio país.

Para explicar por que o excedente econômico não é utilizado em benefício de toda a população, Furtado introduz o conceito de modernização, processo no qual uma minoria da população importa bens dos países desenvolvidos na tentativa de atingir um determinado padrão de consumo sem que haja correspondente na acumulação de capital e progresso técnico (FURTADO, 1983). É esse o processo pelo qual os países não desenvolvidos passaram, e que se torna mais evidente no período de industrialização desses, já que haverá a tentativa de produzir através de indústrias nacionais os bens importados pela elite consumidora. Quanto maior for o campo da modernização, maior será a pressão interna no sentido de ampliar o excedente econômico disponível e por consequência a concentração de renda pelas classes dirigentes em detrimento do restante da população.

[...] a tecnologia incorporada aos equipamentos importados não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país e sim com o perfil da demanda (o grau de diversificação de consumo) do setor modernizado da sociedade. Dessa orientação do progresso técnico e da conseqüente falta de conexão entre este e o grau de acumulação previamente alcançado, resulta a especificidade do subdesenvolvimento na fase de plena industrialização (FURTADO, 1983, p. 81 -82).

O processo de modernização é caracterizado pelo fenômeno da dependência cultural da periferia em relação ao centro. Essa dependência condiciona cada vez mais o país a sua

situação marginalizada no sistema capitalista, bem como a uma heterogeneidade social, já que “[...] o comportamento dos grupos que se apropriam do excedente, condicionado que é pela situação de dependência cultural em que se encontram, tende a agravar as desigualdades sociais, em função do avanço da acumulação” (FURTADO, 1983, p. 82).

A presença de empresas estrangeiras nos países periféricos, ainda que contribua para a dependência destes, não é em si o fator determinante. Assim, a apropriação pública dos bens de produção não seria, por si só, a solução para o fenômeno da dependência. A questão reside na própria população dos países da periferia e suas classes dirigentes. Conforme destacado pelo autor, Marx, no seu O 18 de Brumário de Luís Bonaparte, atribui importância aos *paysans parcellaires* (grupo no qual se apoiou Bonaparte para realizar o golpe na França), que, ainda que não se vissem como uma classe, constituíam uma. Isso porque representavam um fator decisivo para mudança, colocando seus interesses e a sua cultura em oposição à de outros países.

Partindo desse exemplo, a constituição de uma classe social teria por pressuposto sua autonomia cultural. No caso da periferia, essa autonomia é radicada uma vez que ela sofre um processo de colonização que converge a partir de duas origens: uma delas composta pelas elites dirigentes, que para manter seu padrão de consumo ampliam o excedente econômico ao seu dispor e, por conseguinte, a exploração da massa da população; e a outra composta pelos países do centro, que comandam não só as revoluções tecnológicas como a própria economia internacional.

O fenômeno da dependência é, por si só, mais amplo do que o de subdesenvolvimento: toda economia subdesenvolvida é necessariamente dependente, já que ela surge de um processo de modernização e dependência. Mas o inverso não é verdadeiro, já que nem sempre a dependência levou, necessariamente, países ao subdesenvolvimento. Reforçando a ideia do mito do desenvolvimento econômico de Furtado, a dependência torna difícil uma transição do subdesenvolvimento ao desenvolvimento ao mesmo tempo em que pode propiciar a transformação inversa (FURTADO, 1983).

Conforme pode-se inferir do exposto, o processo de modernização tende a limitar o desenvolvimento econômico dos países, já que esse desenvolvimento irá depender progressivamente da capacidade das classes dirigentes de convencerem a massa populacional a aceitar desigualdades sociais crescentes.

O resultado disso é um processo de modernização e marginalização que se renova permanentemente, dadas as constantes inovações tecnológicas nos países do centro e a também constante busca da periferia em acompanhar o nível de vida cêntrico. Como exemplifica Albuquerque (2009, p. 63),

De um lado há o processo de modernização (inicialmente chapéus e roupas de luxo, depois carros importados, em seguida telefones importados, computadores pessoais importados, e assim por diante). De outro lado tem-se a marginalização se renovando (os sem-casa, a exclusão digital etc.). Modernização à medida que as indústrias locais são impulsionadas pela adoção e pela constante atualização dos padrões de consumo difundidos pelos países desenvolvidos; esse esforço contínuo, à medida que as revoluções tecnológicas ocorrem no centro, ao menos permitiu à economia brasileira preservar um gap relativamente estável em face dos países desenvolvidos. Marginalização à medida que o desemprego gerado pelo uso de técnicas capital-intensivas não é absorvido pelas indústrias subdesenvolvidas de bens de capital locais (que quando se desenvolvem, fazem-no de forma atrasada e incompleta), esse desemprego afeta o excedente estrutural de trabalho (ALBUQUERQUE, 2009, p. 63).

Para Furtado, o Brasil é um exemplo de como um país pode apresentar crescimento econômico e avançar no processo de industrialização sem abandonar suas características de subdesenvolvimento. Devido ao processo de modernização pelo qual o país passou, quaisquer benefícios advindos do aumento de produtividade foram apropriados por uma minoria. Ainda assim, devido ao tamanho da população brasileira, essa minoria elitizada foi o suficiente para dar início à industrialização. Tal fato não significa, porém, que o capitalismo industrial poderia operar no Brasil como o faz nas economias desenvolvidas.

A modernização foi a maneira adotada pelos países periféricos - mais especificamente, pelas suas classes dirigentes - para assimilar o progresso técnico propulsionado pelos países desenvolvidos. Porém, essa escolha condiciona esses países ao seu subdesenvolvimento, uma vez que o fenômeno de modernização não gera mudanças nas estruturas produtivas dos países capazes de os levarem ao desenvolvimento econômico. Não só isso, modernização e marginalização operam juntos nas economias subdesenvolvidas, caracterizadas por forte desigualdade de renda.

A característica mais significativa do modelo brasileiro é a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico. Assim, a durabilidade do sistema baseia-se grandemente na capacidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter anti-social tende a estimular (FURTADO, 1983, p. 109).

Conforme resumido por Arend (2008, p. 667),

[...] para Furtado, o subdesenvolvimento é condicionado pela dependência técnica, e em última instância, cultural. A transferência de técnicas para satisfazer novas necessidades que surgem com o processo de modernização não implica em que ocorra desenvolvimento econômico. Por isso que o processo de industrialização no Brasil não conduziu o país ao desenvolvimento. A tecnologia adaptada e os padrões de consumo das “classes dirigentes” não correspondem às especificidades dos países subdesenvolvidos. Em razão disso, esse processo de modernização somente causou dependência e subdesenvolvimento, pois o crescimento econômico não conduziu à homogeneização social e autonomia cultural.

Assim, conforme exposto no presente capítulo, o subdesenvolvimento não é um processo a parte do desenvolvimento, mas sim característico do próprio desenvolvimento capitalista e sendo melhor compreendido quando inserido em um sistema dividido entre centro e periferia. Para Furtado, o subdesenvolvimento está mais particularmente ligado aos processos em que o aumento de produtividade não se relaciona a uma maior homogeneidade social, o que ocorre devido aos processos de modernização, caracterizados pela apropriação do excedente econômico pelas elites dos países. Assim, o estilo de vida dessa minoria não permite uma ruptura com o subdesenvolvimento, e é por isso que Furtado denomina de mito do desenvolvimento econômico a crença da periferia de que é possível desenvolver-se e tornar-se parte do centro do sistema capitalista.



### 3. A QUEDA DA DESIGUALDADE SOCIAL BRASILEIRA APÓS ANOS 1990

Ainda que a perspectiva Furtadiana aponte para um crescente aprofundamento da heterogeneidade social brasileira, desde a década de 1990 foi possível observar o alívio desta condição. De modo a compreender como ocorreu esse alívio, o presente capítulo busca discorrer sobre como ocorreu a queda da desigualdade social brasileira a partir dos anos de 1990. Para isso, o capítulo divide-se em quatro seções.

A primeira seção contextualiza o período político e econômico brasileiro no qual deu-se início à redução da desigualdade social, a partir da Constituição de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã. A segunda seção engloba os governos desde Fernando Collor até Fernando Henrique Cardoso (FHC) e suas políticas no que diz respeito ao âmbito social. A seção seguinte discorre sobre as políticas públicas sociais adotadas pelos governos Lula e Dilma e os resultados socioeconômicos que podem estar relacionados a elas. Por fim, a última seção deste capítulo traz uma outra perspectiva sobre a redução da desigualdade de renda brasileira do período, a partir da análise de distintos dados econômicos e da contribuição de alguns autores.

#### 3.1. CONTEXTUALIZANDO A QUEDA DA DESIGUALDADE

A redução da desigualdade social no Brasil a partir dos anos 1990 representou um marco para a trajetória do país. Para a análise dessa condição, levou-se em conta nesta pesquisa o Índice de Gini, um coeficiente criado pelo estatístico italiano Corrado Gini que mede o grau de concentração de renda, e que, por consequência, fornece informações sobre a desigualdade social. De acordo com Dedecca (2015), em texto publicado pelo IPEA, pôde-se observar uma melhora da renda dos mais pobres que refletiu-se na queda do Índice de 0,60 em 1999 para 0,53 em 2011, o que representaria, portanto, uma diminuição da heterogeneidade social do Brasil.

Entretanto, é imprescindível que se analise em qual contexto político-histórico insere-se esse essa queda. A década de 1980 foi caracterizada

[...] por um otimismo de participação da sociedade no exercício dos direitos políticos em contraposição ao regime ditatorial brasileiro. O movimento das “Diretas Já” que antecede a Constituinte de 1988 é um marco neste processo e levou multidões às ruas e praças públicas exigindo eleições diretas para presidência da República (MEDEIROS, 2013).

Pouco tempo depois, foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988 pelo presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães, a Constituição de 1988, denominada por ele de “Constituição Cidadã”, pois a população pôde contribuir para a sua elaboração por meio de propostas populares (MEDEIROS, 2013). De acordo com Michiles (1989 apud MEDEIROS 2013), foram apresentadas 168 emendas pela sociedade nesse processo de elaboração, o que reuniu pelo menos 12 milhões de assinaturas.

A Constituição Cidadã é criada como uma forma de reconhecimento da necessidade que se havia em consolidar o processo de redemocratização do Estado brasileiro, dadas as recentes décadas de ditadura militar. Ela é um marco histórico para o Brasil no que concerne às inovações referentes às políticas sociais e à universalização e promoção de direitos, já que

A partir da Constituição de 1988, as políticas sociais brasileiras têm como finalidade dar cumprimento aos objetivos fundamentais da República, conforme previsto no seu Art. 3º. Assim, por intermédio da garantia dos direitos sociais, buscar-se-ia construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza, a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos sem preconceitos ou quaisquer formas de discriminação (CASTRO; CARDOSO JR, 2005).

Alguns direitos que passaram a ser assegurados eram inéditos na Constituição do país, enquanto outros, já estabelecidos anteriormente, passaram a ser garantidos em nível constitucional. Ainda, há o grupo de direitos, principalmente civis e políticos, que estavam desprotegidos durante o período da ditadura militar, após a o estabelecimento do Ato Institucional número 5 e da Emenda Constitucional (EC) no 1 à Constituição de 1967 (CASTRO; RIBEIRO, 2009).

O preâmbulo da Carta Magna já introduzia, em linhas gerais, as mudanças que se pretendiam conquistar após 1988 e que impulsionariam o novo direcionamento das políticas sociais após a década de 1990.

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a **assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos**, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Até meados dos anos de 1970, o surgimento, consolidação e expansão de políticas sociais no Brasil não tinham, entre seus objetivos principais, a erradicação da pobreza e uma

diminuição forte e sustentada da desigualdade social. Assim, a Constituição instituiu um importante marco na política social do país ao considerar, no seu escopo, esses objetivos, já que “[...] a análise da nova Constituição no âmbito das políticas sociais permite afirmar que houve um avanço real na reestruturação do sistema de proteção social do país” (NEPP, 1989, p. 37 apud CASTRO; RIBEIRO, 2009, p. 20).

Desse modo, os governos que se seguiram à Constituição deram impulso a políticas públicas relacionadas à universalização de direitos tais como acesso a saúde, educação, moradia, entre outros. Neste sentido, não são poucos os exemplos de programas que marcaram os governos das últimas duas décadas. A Bolsa Escola e Bolsa Alimentação do governo FHC (que mais tarde seriam substituídos pelo mundialmente reconhecido Bolsa Família no governo Lula), assim como o ProUni, refletem esforços realizados que não só resultaram como sustentaram, em parte, a queda da desigualdade social brasileira desde 1990, em combinação com outras políticas sociais.

Apesar da amplitude da política social brasileira, ela ainda possui baixa coordenação entre as políticas, bem como apresenta desafios no que diz respeito à universalidade e integralidade, o que torna difícil pensar na política social do Brasil sob a perspectiva do Welfare State (CASTRO, 2012).

### 3.2. GOVERNOS FERNANDO COLLOR ATÉ FHC

O governo de Fernando Collor (1990-1992) foi, de maneira geral, caracterizado pela tentativa de obstruir os direitos sociais constituídos na Carta Magna. Foram efetuadas diversas manobras políticas e administrativas que ameaçaram, entre outras instituições, a seguridade social e o Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, ele deixa como herança, na área social, programas que centralizaram recursos e pouco combateram a pobreza e a desigualdade social (CASTRO; CARDOSO JR, 2005).

Itamar Franco (1992-1994), no governo seguinte, retoma as reformas inspiradas pelas diretrizes da Constituição, trazendo uma série de leis no que diz respeito às áreas de Previdência Social, Assistência Social e Propriedade Fundiária. A nova legislação implementada para a previdência rural, por exemplo, conseguiu abranger um maior número de beneficiários. Destaca-se também a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) no ano de 1993, “com impactos sociais significativos no campo da proteção social a

idosos e portadores de deficiências físicas abaixo de certa linha de pobreza (CASTRO; CARDOSO JR., 2005, p. 309 apud CASTRO; RIBEIRO, 2009).

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre os anos de 1995 e 2002, foi caracterizado pela “tensa conciliação dos objetivos macroeconômicos da estabilização com as metas de reformas sociais voltadas para a melhoria da eficiência das políticas públicas.” (CASTRO; CARDOSO JR; 2005, p. 269). A piora da crise fiscal do país na década de 1990 foi entendida, em parte, como causada pelos altos gastos sociais, bem como sua falta de planejamento e coordenação. Por isso, foram diversas as reformas pensadas no que diz respeito às políticas sociais, com algumas sendo implementadas de fato (CASTRO; CARDOSO JR; 2005).

Nas eleições de 1994, FHC defendia que o Brasil não era um país subdesenvolvido, mas sim um país injusto. Assim, estabelecidas as áreas de priorização, tais como emprego e educação, o então candidato pretendia estabelecer novas estratégias de desenvolvimento capazes de alterar o perfil econômico do país em uma geração. Para isso, ele daria continuidade à estabilidade econômica adquirida no governo de Itamar Franco, bem como à mudança do modelo de industrialização protegida adotado até então (CASTRO; CARDOSO JR; 2005).

Em seu primeiro mandato (1995-1998), a estabilização econômica foi destaque, dado os fracassados planos da década anterior (Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II). FHC iniciou seu governo em um momento no qual a economia passava por um superaquecimento, o que demandava cuidado para que um consumo mal administrado, tal como ocorreu no plano Cruzado, não levasse à instabilidade. Havia também a crise no México, que levantava suspeitas de que o Brasil fosse o próximo país a ser afetado por uma crise do tipo, dado o regime de câmbio mais rígido adotado por ambos os países. Ainda, tinha-se o início da queda de reservas internacionais no Brasil, que, cinco meses após o lançamento do Plano Real, já havia caído de US\$43 bilhões para US\$39 bilhões (GIAMBIAGI, 2011).

O controle da inflação foi uma das prioridades de seu primeiro mandato, dada a dificuldade encontrada para reduzi-la. No primeiro ano de Plano Real, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) foi de 33%. De acordo com Giambiagi (2011, p. 167), ainda que o Plano Real tenha sido bem sucedido e a inflação tenha caído por quatro anos consecutivos,

Não era essa, porém, a visão existente no começo de 1995, quando a possibilidade de que, após alguns meses de bonança, a inflação voltasse com força e a indexação se reinstalasse na economia era uma ameaça concreta. Confrontadas com a pressão inflacionária, com a economia superaquecida e com uma deterioração rápida do balanço de pagamentos, as autoridades reagiram em março de 1995 com um conjunto de medidas, incluindo fundamentalmente dois componentes: [...] Uma desvalorização controlada, na ordem de 6% em relação à taxa de câmbio na época [...] Uma alta da taxa de juros nominal, que – expressa em termos mensais – passou de 3,3% em fevereiro para 4,3% em março, aumentando o custo de carregar divisas.

Assim, o primeiro mandato de FHC pôde apresentar uma expansão do crescimento econômico, aumento do consumo e também de renda, principalmente em setores informais. Em conjunto com a recomposição do salário mínimo e da pressão exercida por antecipação de aposentadorias, o gasto com política social cresceu expressivamente, representando em 1998 um valor 22% maior que em 1995, conforme a Tabela 1 (CASTRO; CARDOSO JR; 2005).

**Tabela 1 - Evolução do gasto social no governo FHC (1995-2002) em R\$ milhões**

Ano	Gasto Social Federal (GSF)			GSF/PIB	
	Valor constante	Nº índice 1995=100(%)	Evolução anual %	%	Nº índice 1995=100(%)
1995	180.472,5	100	-	12,2	100
1996	190.864,7	106	5,8	11,9	97
1997	206.235,3	114	8,1	12,4	101
1998	219.582,0	122	6,5	13,0	106
1999	211.150,8	117	(3,8)	13,3	109
2000	213.968,6	119	1,3	13,5	111
2001	215.827,5	120	0,9	13,9	114
2002	219.080,0	121	1,5	14,4	118

Fonte: SOF/Sidor. Elaboração: Disoc/Ipea.  
Obs.: Valores deflacionados mês a mês pelo IGP-DI, para dez/2002.

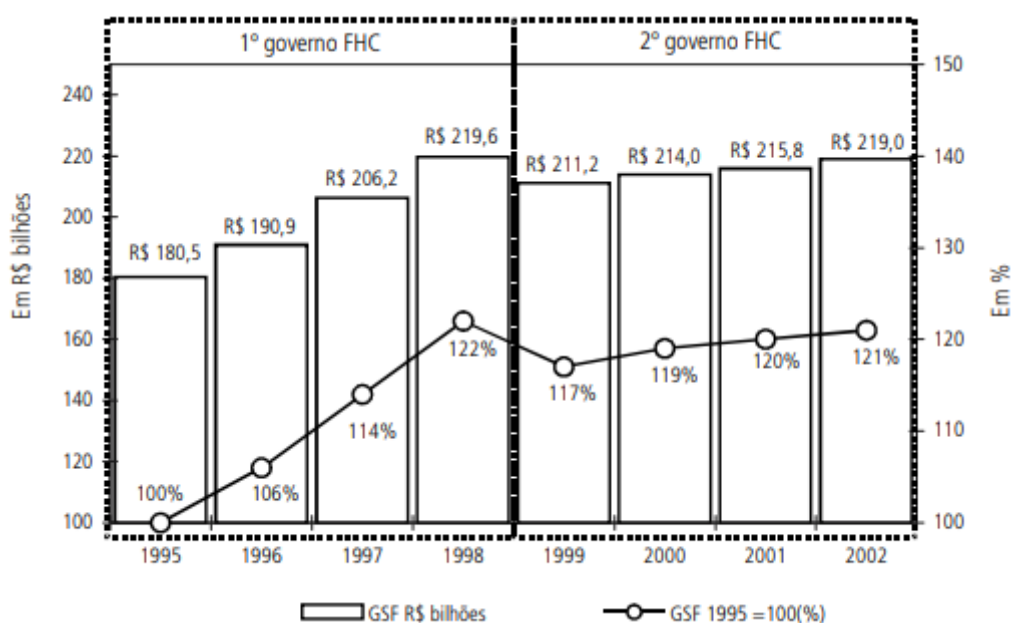
Fonte: CASTRO; CARDOSO JR (2005).

Porém, para atender ao objetivo de integrar a economia brasileira à economia mundial, a equipe econômica do governo direcionou um de seus focos à sustentabilidade da dívida, já que essa era a principal preocupação dos investidores. Para isso, o governo ampliou as privatizações de empresas estatais, restringiu o acesso a novos créditos para os municípios e estados e conseguiu aprovar o estabelecimento de um fundo, denominado de Fundo Social de Emergência (FSE), que tinha como propósito a desvinculação de algumas das receitas arrecadadas pela União. Tal medida possibilitou ao governo desvincular uma parcela significativa do Orçamento da Seguridade Social, direcionando os recursos disponíveis para outras finalidades (DUARTE; SIMÕES, 2006).

No segundo mandato de FHC, após ameaça de colapso de pagamentos, juntamente com uma maior instabilidade econômica mundial, o crescimento do PIB brasileiro passou por uma desaceleração, e a taxa de desemprego apresentou crescimento. Assim, houve uma

“reorientação da política econômica e social, uma quebra da tendência à ampliação dos gastos, com decréscimo real dos gastos sociais do governo federal de cerca de 4% já em 1999” (CASTRO; CARDOSO JR, 2005, p. 273), como pode ser observado na figura 1. Além disso, para alcançar o superávit primário nessas condições, houve um aumento considerável da carga tributária no período, que só entre os anos de 1999 a 2000 cresceu 17%, o que impactou na renda da população (DUARTE; SIMÕES, 2006).

**Figura 1 - Variação real do gasto social no governo FHC (1995-2002). 1995= 100%**



Fonte: CASTRO; CARDOSO JR; 2005

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criado ao final de seu governo, ampliou os recursos direcionados às políticas sociais, possibilitando a manutenção do volume de gastos do período (DUARTE; SIMÕES, 2006). São atribuídos aos mandatos de FHC o programa Bolsa-Escola, do Ministério da Educação, que chegou a beneficiar 5 milhões de famílias ao final de seu governo; o Bolsa-Renda, direcionado a aproximadamente 2 milhões de pessoas; o Bolsa-Alimentação (vinculado ao Ministério da Saúde), que atendia cerca de 1 milhão de gestantes por ano; o Auxílio-Gás, do Ministério de Minas e Energia, que subsidiava o custo do botijão para milhares de famílias; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), vinculado à Secretaria de Assistência Social, que concedia bolsas a crianças para que elas estudassem e saíssem do mercado de trabalho; e também a expansão das medidas previstas pela LOAS, que no final do ano de 2002 atendia em torno de 2,3 milhões de pessoas (GIAMBIAGI, 2011).

### 3.3. GOVERNOS LULA E DILMA

Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o governo em 2003 reconhecendo a magnitude dos problemas sociais brasileiros a serem enfrentados, e levanta em seu discurso diversas bandeiras progressistas, tais quais:

i) o combate à fome e à miséria; ii) o combate ao racismo e às desigualdades raciais; iii) o aprofundamento dos avanços na área de saúde e de Assistência Social; iv) o crescimento da taxa de cobertura da Previdência Social; v) a promoção do desenvolvimento nacional mediante a integração das políticas públicas com o mercado de trabalho; vi) a implementação de uma efetiva política de desenvolvimento urbano; e vii) a contínua melhoria da qualidade do ensino (CASTRO; RIBEIRO, 2009, p. 35).

Porém, no início de seu governo, Lula encontrou-se em um contexto macroeconômico desfavorável, com a queda de reservas internacionais e alta da inflação. A relação dívida/PIB cresceu de tal maneira que piora a credibilidade do Estado brasileiro em honrar com suas dívidas. Conforme Arestis; Paula e Filho (2007) apud Castro; Ribeiro (2009, p. 35), em 2002, no final do governo FHC,

As reservas internacionais caíram de US\$ 42 bilhões em junho para US\$ 35,6 bilhões em novembro; a taxa de câmbio depreciou-se rapidamente, com o dólar indo de R\$ 2,38 a R\$ 3,81 de janeiro a outubro; a inflação acelerou, com a variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passando de 0,5% em janeiro para 1,3% em outubro – algo equivalente a uma taxa de 17% ao ano (a.a.); por fim, o *risco Brasil* passou de 600 pontos no início do ano para 2.400 pontos em outubro. Sob tal quadro, a economia cresceu apenas 2,3%, e a inflação ultrapassou consideravelmente as metas preestabelecidas.

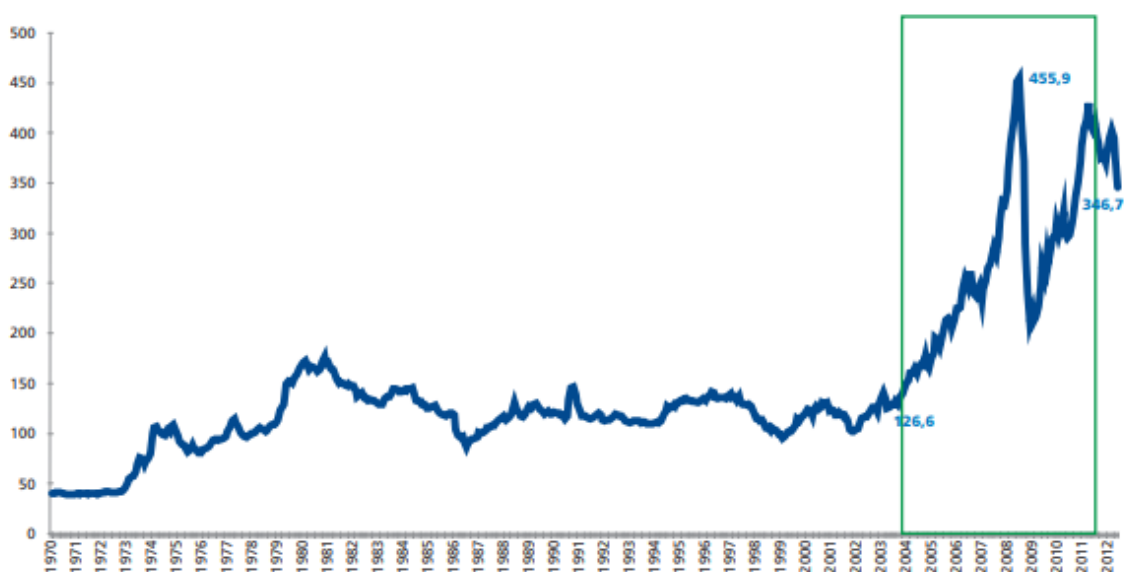
Assim, visando o combate à inflação, o primeiro mandato do presidente Lula é marcado por uma elevação do superávit primário, severa contenção dos gastos, continuidade do aumento da carga tributária, entre outras medidas, apresentando, então, em 2003, um crescimento econômico de 1,1% (CASTRO; RIBEIRO, 2009).

Esse crescimento iniciado em 2003 teve um forte estímulo da demanda externa. O dinamismo que pôde-se observar nesse ano foi possibilitado pela ampliação das exportações líquidas. Estas exportações (ainda que tenham ocorrido de forma generalizada) destacaram-se em boa parte devido aumento da demanda e preço internacionais das commodities, conforme figura 2, tanto primárias quanto processadas, que tiveram importante papel no crescimento de renda durante o segundo mandato de Lula (2008-2011). Segundo Carneiro (2011, p. 20),

Isto está associado com o ciclo de preços internacionais destes bens e ao novo papel desempenhado pela China e pelos asiáticos na nova divisão internacional do

trabalho, conforme aqui apontado. Este crescimento diferenciado leva a uma modificação expressiva na pauta de exportações brasileira. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), elaborados pelo Ministério da Fazenda (BRASIL, 2010), as commodities, definidas como a soma de produtos primários, semimanufaturados, e dez produtos industriais processados, representavam cerca de 50% da pauta em 2003, passando para 65% em 2010.

**Figura 2 - Preço de commodities (Índice 2005=100)**



Fonte: BNDES (2012)

Segundo Gala (2018), até 2007 o Brasil conseguiu acompanhar essa demanda aumentando sua produção, ainda aproveitando a desvalorização cambial de 2002. Porém, a partir da crise de 2008 em diante, a indústria brasileira cedeu à concorrência internacional, aos aumentos dos custos de produção e a uma forte apreciação do câmbio, tanto nominal quanto real. “A expansão de PIB observada no pós 2008 foi toda baseada em serviços não sofisticados e construção civil (quadro típico de doença holandesa). A demanda por bens industriais foi totalmente suprida por importações.” (GALA, 2018).

Ainda que tenha havido alguns períodos de menor crescimento econômico, o governo Lula foi de grande destaque no que tange a políticas sociais que visam uma maior distribuição de renda. Ele obteve importantes resultados quanto à redução drástica da pobreza e fome no país, feito reconhecido mundialmente por demais países bem como pela Organização das Nações Unidas. Em 2010, Lula foi reconhecido pelo Prêmio Mundial de Alimentação (PMA) como “Campeão Mundial na Batalha Contra a Fome”, sendo que ele também foi vencedor do PMA no ano seguinte, 2011.

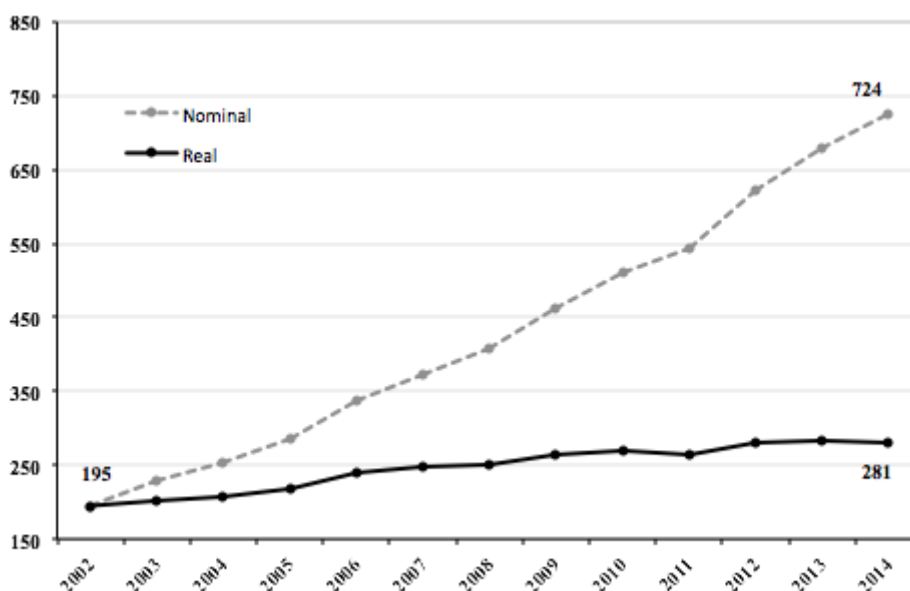


Segundo Carneiro (2011), uma melhor distribuição de renda envolve vários determinantes, tais como a dinâmica do mercado de trabalho, políticas de salário mínimo, bem como transferências governamentais. Desse modo, já no início do governo Lula,

A junção de crescimento econômico e baixa inflação num ambiente de liberdade sindical possibilitaram a significativa recuperação do salário médio real da economia após meados de 2004. O crescimento desta remuneração acima do PIB – e, por conseguinte, dos ganhos de produtividade – permitiu, no conjunto do período, a recomposição da participação dos salários no PIB, que subiu de 31% em 2004 para 35% em 2010 (CARNEIRO, 2011, p. 22).

É importante frisar que durante seu governo houve aumento do salário mínimo real, de acordo com a figura 3, o que reflete o aumento do poder aquisitivo da população, dado que já desconta a inflação do período. Essa política de salário mínimo adotada também permitiu uma redistribuição dentro da massa salarial. A relação entre o salário médio da população e o salário mínimo caiu de 4,5 vezes para 3, o que refletiu-se na queda do coeficiente de Gini de 0,59 em 2002 para 0,54 em 2009. Dado que as camadas mais pobres têm maior propensão a consumir, essa redistribuição fez que o consumo aumentasse no período (CARNEIRO, 2011).

**Figura 3 - Salário mínimo média anual, 2002-2014<sup>1</sup>, nominal e real (base em 2002=100)**



Fonte: Dados do IPEA, elaboração própria (2018)

<sup>1</sup> Dados do IPEA disponíveis apenas até o ano de 2014.

O aumento do consumo também teve como fator decisivo as políticas de transferências do governo, “[...] da qual fazem parte o aumento do valor do benefício-base (equivalente ao salário mínimo, cujo crescimento foi de 58% em termo reais) e a criação de novos programas, como o Bolsa Família” (CARNEIRO, 2011, p.22). Este foi indicado em 2012, pelo então Secretário-Geral das Nações Unidas Ban Ki-moon, como exemplo para demais países no seu Relatório sobre Erradicação da Pobreza.

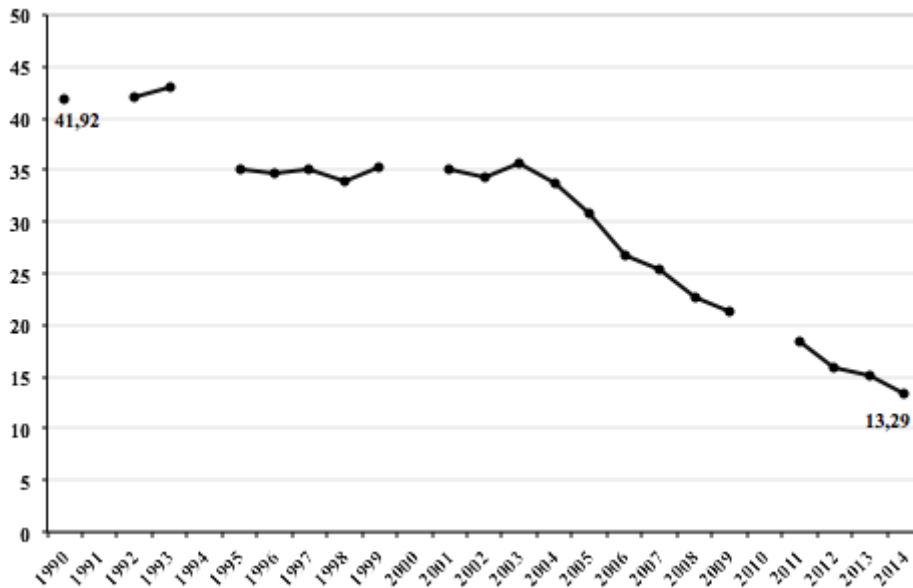
While universal social protection is still lacking across the developing world, many countries have been able to reduce income poverty and improve social conditions through the provision of targeted social assistance. Cash transfer programmes conditional on education, health and other human capital investments, such as Bolsa Família in Brazil, Oportunidades in Mexico, Familias en Acción in Colombia, and those conditional on work, such as the Mahatma Ghandi National Rural Employment Guarantee Act in India and the Productive Safety Net Programme in Ethiopia, are now widespread and cover significant proportions of the population in several countries (NAÇÕES UNIDAS, 2012, p. 13).

O número de pessoas abaixo da linha da pobreza<sup>2</sup> teve queda constante desde a década de 1990, o que pode ser relacionado às políticas sociais empreendidas pelos governantes do período. Conforme podemos observar na figura 4, a queda mais significativa ocorre no governo Lula, no qual o percentual da população abaixo da linha da pobreza caiu quase que pela metade entre o início de seu primeiro mandato e final do segundo.

---

<sup>2</sup> Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS. São estimados diferentes valores para 24 regiões do país. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE)

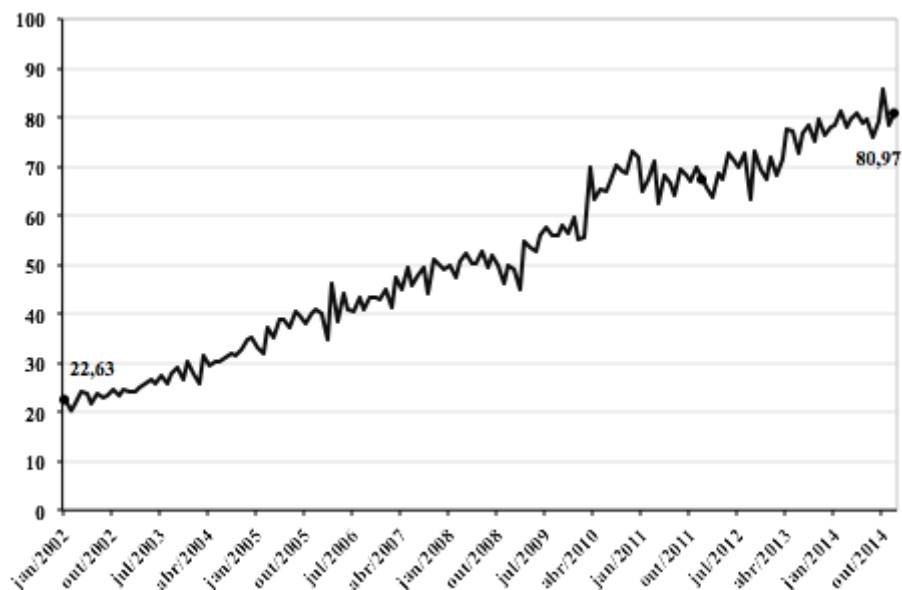
**Figura 4 - Parcela (%) da população abaixo da linha de pobreza, 1990-2014**



Fonte: Dados do IPEA, elaboração própria (2018)

Outro importante fator foi a ampliação do crédito, sendo que, entre os anos de 2003 e 2009, os financiamentos para pessoas físicas triplicaram, indo de 5% para 15% do PIB. As principais modalidades dessa ampliação foram aquelas nas quais, ou por crédito consignado ou por aquisição de bens, houve uma redução significativa na taxa de juros juntamente com aumento da oferta. Na figura 5, pode-se observar esse aumento de concessão de crédito.

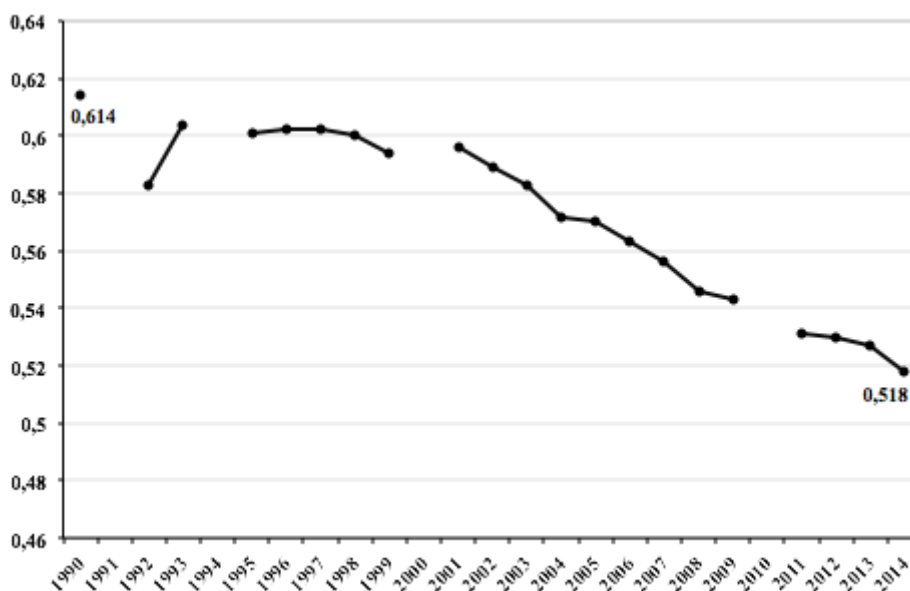
**Figura 5 - Concessão mensal de crédito a pessoas físicas, em R\$ bilhões, 2002-2014**



Fonte: Dados do BCB-DSTAT, elaboração própria (2018)

Assim, o crescimento dos gastos públicos entre o governo de Fernando Henrique Cardoso e de Lula, diretamente relacionado à valorização do salário mínimo e a ampliação de benefícios advindos de políticas públicas sociais direcionados à parcela mais pobre da população “[...] é citado por economistas respeitados (como Ferreira et al., 2007 e Soares, 2006) como um dos principais responsáveis pelo inédito processo de desconcentração da renda pessoal do país verificado, principalmente, a partir de 2003.” (SANTOS, 2014, p. 183). Essa desconcentração de renda pode ser verificada com a diminuição do Coeficiente de Gini, conforme figura 6:

**Figura 6 - Coeficiente de Gini, 1990-2014**



Fonte: Dados do IPEA, elaboração própria (2018)

Apesar de tais resultados positivos (e ainda que seu governo tenha tido sucesso quanto à popularidade e à neutralização das críticas da direita), Lula não foi bem sucedido quanto à política macroeconômica adotada.

O governo Lula teve êxito porque logrou quase dobrar a taxa de crescimento, porque diminuiu a desigualdade e melhorou o padrão de vida de milhões de brasileiros, e porque alcançou grande prestígio internacional. Mas esse sucesso não se deveu à política macroeconômica que adotou, e sim, respectivamente, à sorte de os preços das commodities exportadas pelo Brasil terem crescido extraordinariamente durante seu governo, **à política de salário mínimo e de transferências de renda**, e a uma política internacional independente e criativa (BRESSER-PEREIRA, 2013, p. 5, grifo nosso).

O presidente não conseguiu diminuição significativa na taxa de juros, bem como não logrou neutralizar a tendência crônica que existe no Brasil de depreciação do câmbio. Dessa

maneira, no final de seu segundo mandato tinha-se uma taxa de juros relativamente alta se comparada a outros países, bem como uma taxa de câmbio sobrevalorizada, o que “inviabilizava o desenvolvimento do país” de acordo com as palavras de Bresser-Pereira (2013 p. 6).

Portanto, a herança deixada pelo seu governo foi uma alta taxa de juros, combinada com uma taxa de câmbio sobreapreciada. Além disso, não se podia mais contar com um novo aumento de preço das commodities, que puxou, em parte, o crescimento econômico do país no último mandato de Lula, nem com um cenário internacional favorável, já que em 2011 a economia estadunidense ainda não havia se recuperado de maneira satisfatória e o euro passava por uma grave crise. Tais fatores externos fizeram com que os países ricos apresentassem baixas ou até mesmo negativas taxas de crescimento em 2012, diminuindo por consequência a demanda por bens que o Brasil exportava (BRESSER-PEREIRA, 2013).

Assim, a presidente Dilma Rousseff assumiu o governo no ano de 2011 com a proposta de dar uma continuidade ao governo Lula, combinando crescimento econômico com redução da desigualdade de renda, ao mesmo tempo em que encontrou

[...] um país cuja economia continuava a crescer a uma taxa muito inferior àquela que é necessária para um verdadeiro catching up, porque seu antecessor não havia enfrentado o desequilíbrio macroeconômico fundamental ao adotar um "tripé macroeconômico"<sup>3</sup> insistentemente celebrado pelos economistas ortodoxos (BRESSER-PEREIRA, 2013, p. 9).

A primeira mulher a governar o Brasil entendeu, desde o início de seu governo, a necessidade de rever a política macroeconômica e, sem mais tantos conflitos com o Ministério da Fazenda, conseguiu reduzir a taxa de juros para cerca de 3% ao ano, bem como logrou depreciar a taxa de câmbio, ainda que não tenha sido o suficiente para tirar o país da crise permanente em que se encontrava, já que tal feito exige além de revisões de política macroeconômica um apoio da sociedade civil como um todo.

Conforme observado nos gráficos anteriores, Dilma manteve em seu primeiro mandato a tendência de redução de desigualdade social. A diminuição do coeficiente de Gini, que

---

<sup>3</sup> O tripé macroeconômico ortodoxo (superávit primário, câmbio flutuante e meta de inflação) é constituído por esses três conceitos genéricos que, afinal, resultam em dois parâmetros e um único objetivo que interessam a uma coalizão política neoliberal formada por capitalistas rentistas e financistas. Os dois parâmetros são uma taxa de juros nominal a mais alta possível e uma taxa de inflação a mais baixa possível; o objetivo final é uma taxa de juros real elevada, que remunere os capitalistas rentistas e os financistas que administram sua riqueza. (BRESSER-PEREIRA, 2013, p.9)

fortaleceu-se nos anos 2000, continuou em seu governo e chegou a 0,518 no ano de 2014. Além disso, a sucessora de Lula conseguiu aumentar o salário mínimo real, bem como a concessão de créditos a pessoas físicas.

Entre os compromissos assumidos pela presidente Dilma na sua campanha em 2010, destacou-se o objetivo de erradicar a pobreza extrema no país, o que segundo ela beneficiaria não só as pessoas pobres, mas toda a sociedade. No dia 1º de Janeiro de 2011, Dilma afirma em seu discurso de posse que

[...] A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos. Uma expressiva mobilidade social ocorreu nos dois mandatos do Presidente Lula. Mas ainda existe pobreza a envergonhar nosso país e a impedir nossa afirmação plena como povo desenvolvido. [...] Esta não é tarefa isolada de um governo, mas um compromisso a ser abraçado por toda sociedade. Para isso peço com humildade o apoio das instituições públicas e privadas, de todos os partidos, das entidades empresariais e dos trabalhadores, das universidades, da juventude, de toda a imprensa e de das pessoas de bem. [...] (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2010, p. 11 apud CAMPELLO; MELLO, 2014, P. 5-6).

Assim, após assumido o governo em 2011, a presidente cria o Plano Brasil sem Miséria, dando continuidade às experiências de políticas sociais bem sucedidas desde 2003, com o desafio de superar a pobreza extrema. Dentre as inflexões feitas pelo programa, segundo Campello e Mello (2014, p. 2),

A primeira delas foi o estabelecimento de uma linha de extrema pobreza que passou a organizar a priorização que o Estado faria para incluir e apoiar a população extremamente pobre. [...] A segunda inflexão foi o estabelecimento da meta de universalização das políticas voltadas para a pobreza, como no caso do Bolsa Família, que já havia chegado à grande maioria do público pobre e extremamente pobre, mas que ainda não tinha o claro comando de chegar a todos que tinham perfil e direito. A terceira inflexão foi a compreensão de que os mais pobres, exatamente pelo nível de exclusão, abandono, desinformação e isolamento, eram os que tinham menos condições de exigir seu direito a ter direitos. [...] O Estado chamou para si a responsabilidade de localizar, cadastrar e incluir estas famílias no conjunto de ações que seriam ofertadas. A constatação de que muitos beneficiários, mesmo recebendo Bolsa Família, continuavam com renda familiar abaixo da linha de extrema pobreza, levou à quarta mudança de conceito. Em meados de 2012, o governo da presidente Dilma estabeleceu um novo desenho para o Bolsa Família e passou a complementar a renda das famílias de forma a garantir que nenhum brasileiro, considerando a renda familiar e o benefício do Bolsa Família, recebesse menos de R\$ 70. O Brasil estabeleceu, assim, o patamar abaixo do qual não era mais aceitável ter nenhum brasileiro e, ao mesmo tempo, criou uma política para garantir esse direito. Como a última das inflexões, foi criada uma estratégia voltada para ampliar a inclusão econômica dos adultos em situação de pobreza e extrema pobreza, baseada na criação de oportunidades para emprego e empreendedorismo.

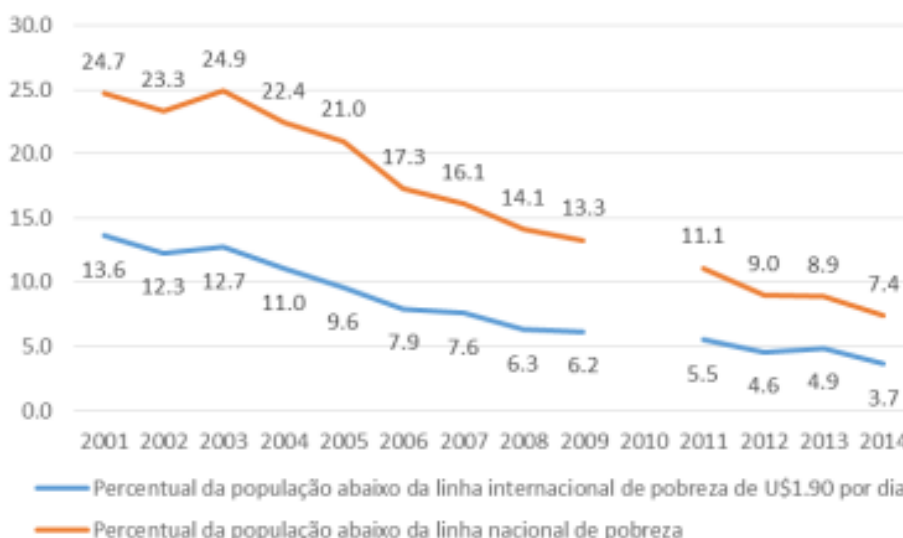
Os esforços empreendidos em prol da erradicação da pobreza extrema surtiram efeitos. A Agenda 2030 da ONU tem, como primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

(ODS), acabar com a pobreza em todos os países até o ano de 2030. Além dele, havia também o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que propunha reduzir a pobreza extrema pela metade do nível do ano de 1990 (NAÇÕES UNIDAS, 2017).

A maneira com a qual se calcula uma linha para a qual define-se que a população que se encontra abaixo é de extrema pobreza pode variar de acordo com a abordagem feita. O padrão que era tradicionalmente utilizado para estabelecer essa linha, de US\$1 por dia e por pessoa, foi escolhido em 1990 pelo Banco Mundial, pois o valor na época era compatível com as linhas de pobreza dos países de menor renda. Devido às mudanças que ocorrem ao longo do tempo, esse índice precisa ser revisto periodicamente. Assim, em 2008 a linha estabelecida foi de US\$1,25, e em outubro de 2015 o Banco Mundial adotou como linha de extrema pobreza o valor de US\$1,90<sup>4</sup> (NAÇÕES UNIDAS, 2017).

O Brasil não possui uma linha oficial de pobreza extrema, mas a linha que provém do Decreto n. 8.794, de 2016, considera como extrema pobreza a população que possui uma renda familiar mensal per capita de até R\$85,00. Conforme pode-se observar na figura 7, isso representa um critério mais rígido do que o proposto pelo Banco Mundial (representado pela linha azul), na qual os dados nacionais consideram um padrão maior de renda para a linha da extrema pobreza (linha laranja).

**Figura 7 - Taxa de pobreza extrema (em %)**

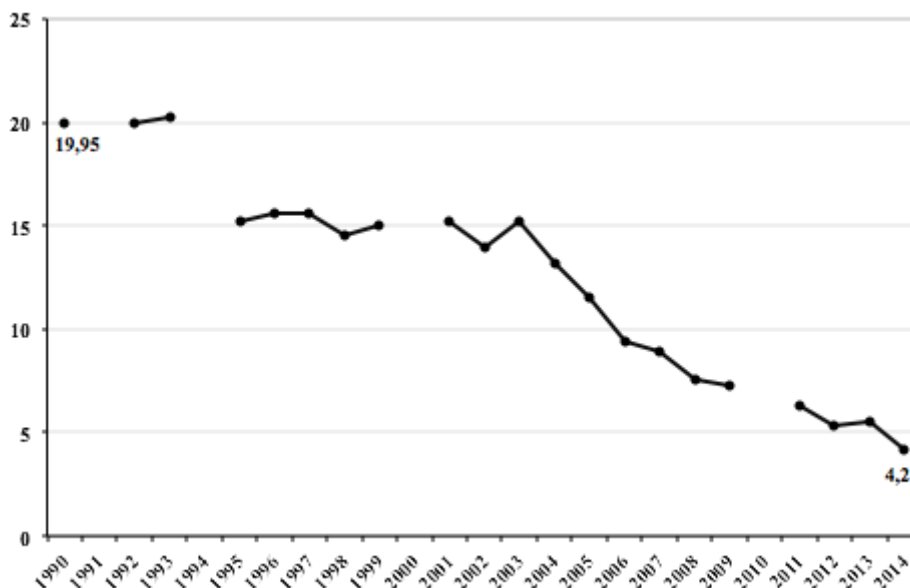


Fonte: NAÇÕES UNIDAS (2017)

<sup>4</sup> Os valores são medidos em preços internacionais e ajustados à moeda local usando o Poder de Paridade de Compra, uma taxa de conversão calculada pelo próprio Banco Mundial.

Dados os esforços empreendidos pelo governo, o Brasil conseguiu cumprir o ODM que diz respeito à pobreza extrema antes mesmo do ano de 2015. Conforme é possível observar na figura 8, em 2001 o índice de pessoas que viviam na extrema pobreza era de cerca de 25%, o que caiu para 4,8% em 2011.

**Figura 8 - Parcela (%) da população abaixo da linha de pobreza extrema, 1990-2014**



Fonte: Dados do IPEA, elaboração própria (2018)

Além disso, antes do Plano Brasil sem Miséria de Dilma, a taxa de pobreza extrema entre crianças e adolescentes era maior do que a linha de pobreza nacional. Por esse motivo, “[...] uma das primeiras medidas no âmbito deste Plano, em 2011, foi favorecer as famílias com crianças no reajuste dos valores transferidos pelo Programa Bolsa Família (IPEA, 2014, p. 22 apud NAÇÕES UNIDAS, 2017 p. 5).

Desse modo, os governos após 1990 possibilitaram a queda do coeficiente de Gini, bem como a redução do número de pessoas abaixo da linha da pobreza, apoiando-se em políticas públicas, tais como as de valorização do salário mínimo e de concessão de crédito e em programas sociais, como o Bolsa Família, Brasil sem Miséria, entre outros. O cenário internacional teve também grande influência em determinados períodos, aumentando em maior ou menor grau o crescimento econômico do país.



### 3.4. UMA OUTRA PERSPECTIVA SOBRE A QUEDA DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Ainda que o governo FHC e, principalmente, os anos de governo do PT, tenham alcançado a redução da desigualdade social conforme visto no presente capítulo, há análises feitas a partir de bancos de dados distintos que pretendem demonstrar que, ainda que a redução da desigualdade tenha sido representativa em relação à trajetória histórica do país, a desigualdade brasileira ainda é muito alta para os padrões internacionais. Ainda hoje, uma pequena parcela da população brasileira detém grande parte da riqueza do país.

Para entender o porquê dessa concentração, um dos motivos que deve ser levado em consideração é o fato de que a estrutura tributária no Brasil é regressiva, o que mantém e até mesmo piora os níveis de desigualdade social do país. Uma tributação regressiva significa que pessoas com menor capacidade de contribuição têm proporcionalmente uma maior parcela de renda retida em tributos do que pessoas com maior aporte para contribuir. Já uma tributação progressiva incide mais nas pessoas com uma maior capacidade econômica, retirando proporcionalmente menos de quem detém menor capacidade (SEVEGNANI, 2011).

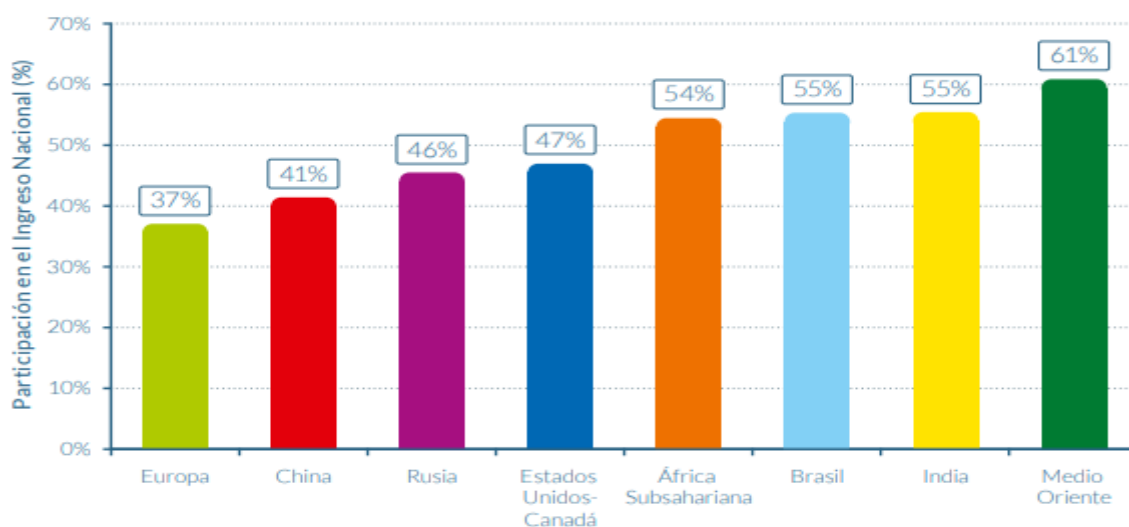
A tributação progressiva é comumente utilizada pelos países mais desenvolvidos, de modo a neutralizar ou reduzir problemas crônicos como a desigualdade social. A adoção desse sistema vem mostrando a eficácia de se utilizar os tributos como uma ferramenta para a melhor distribuição de renda de um país. Por isso, o sistema tributário brasileiro, por ser regressivo, acaba fracassando quanto à sua função distributiva. Conforme Baleeiro (1960, p. 829), citado por Sevegnani (2011), “[...] Se os membros de um grupo politicamente organizado são desiguais do ponto de vista econômico, paguem na medida das suas faculdades de disponibilidades”.

Além disso, tem-se a colaboração do “Informe sobre la Desigualdade Global 2018”, publicado no ano de 2017 por diversos autores, entre eles Thomas Piketty, a partir de dados disponíveis no World Inequality Database. De modo a contribuir para o debate sobre a desigualdade econômica, o Relatório tenta articular fenômenos macro e microeconômicos, o que pode englobar, por exemplo, desde políticas de privatização de um país até as riquezas e dívidas do indivíduo. Além disso, os autores se baseiam em metodologias inovadoras capazes de combinar todas as fontes de informações disponíveis, como contas nacionais e pesquisas de riquezas, herança, entre outros. Isso provém dos esforços de mais de cem pesquisadores,

que contribuem com a plataforma do World Inequality (INFORME SOBRE LA DESIGUALDADE GLOBAL 2018, 2017).

Esse Relatório mostra, através da figura 9, que os 10% dos mais ricos do Brasil detêm 55% de toda a renda do país, empatando com a Índia na lista de regiões com maior concentração de renda e ficando atrás apenas do Oriente Médio.

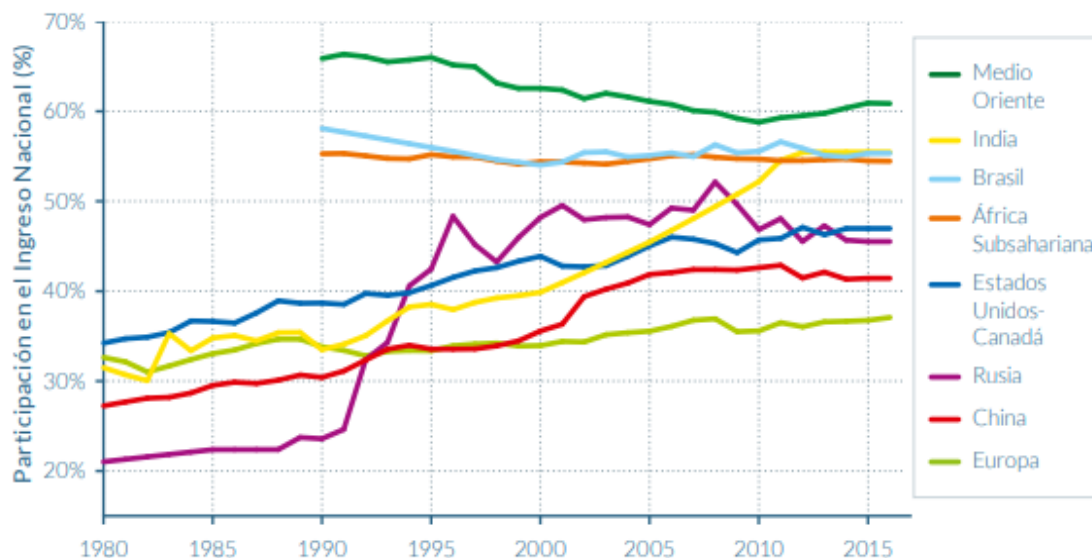
**Figura 9 - Participação dos 10% de maior renda ao redor do mundo - 2016**



Fonte: Informe sobre la Desigualdade Global 2018.

Esse percentual não sofreu grandes mudanças desde 1980, permanecendo estável e em um patamar alto de concentração, como pode ser visto na figura 10. Disso, pode-se inferir que as políticas sociais adotadas desde 1990 não tiveram impactos na parcela mais rica da população, que continua detendo mais da metade de toda a renda do país enquanto os outros 90% da população dividem o restante da riqueza.

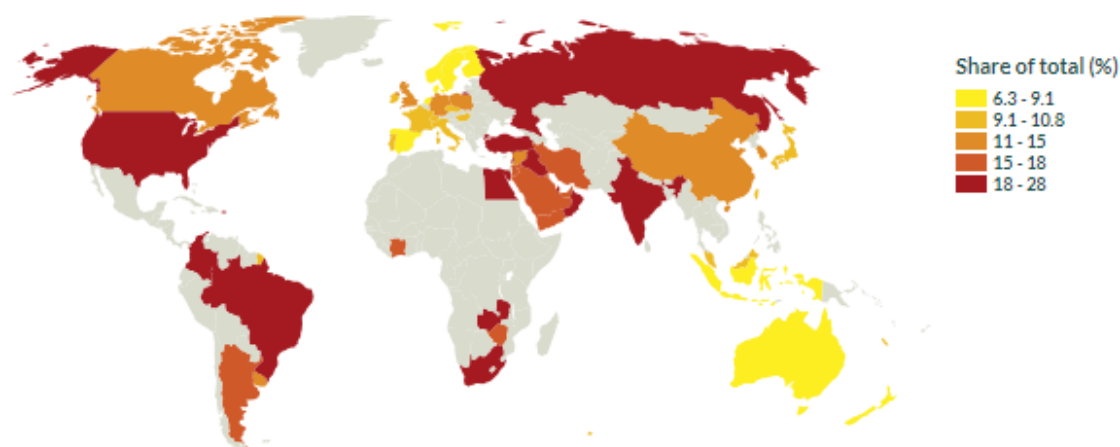
**Figura 10 - Participação dos 10% de maior renda ao redor do mundo - 1980-2016**



Fonte: Informe sobre la Desigualdade Global 2018

A concentração de renda torna-se ainda mais evidente quando pensamos no 1% mais rico da população brasileira. Considerando os dados do World Inequality Database de 2017, o Brasil encontra-se entre os países nos quais 1% da população concentra de 18 a 28% da renda total do país, conforme figura 11.

**Figura 11 - A concentração da renda nacional pelo 1% mais rico - Mundo (2017)**



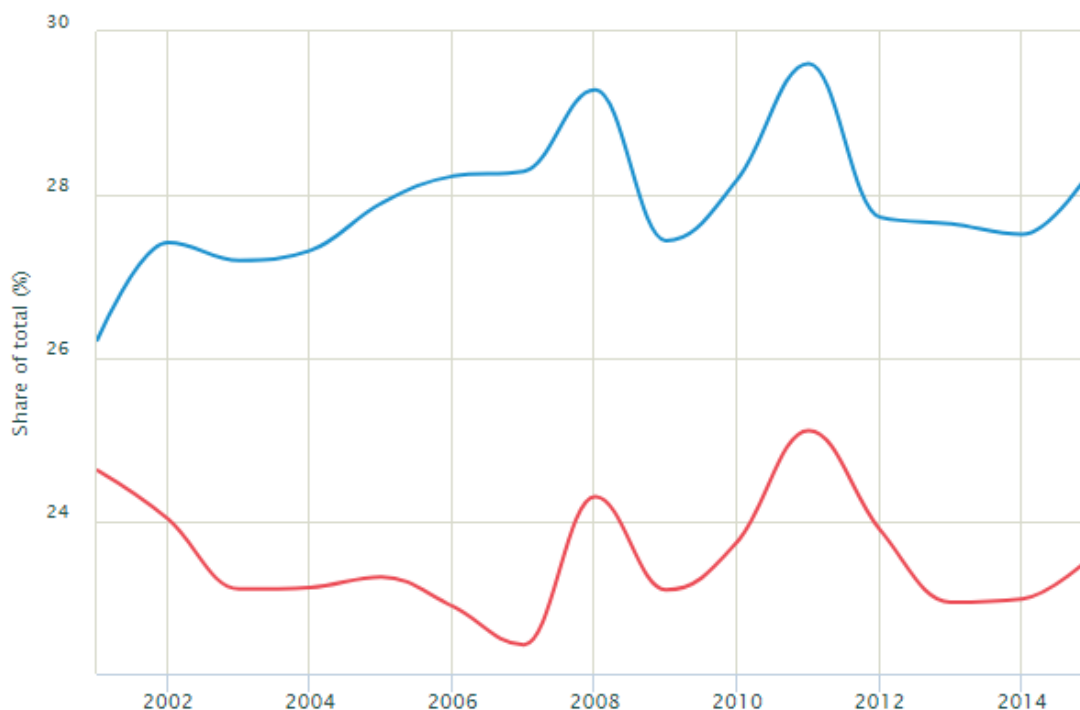
Fonte: World Inequality Database

A ideia de subdesenvolvimento de Furtado colabora para a compreensão desse fenômeno. Segundo o autor, quando observa-se a acumulação de capital no mundo, existe não só um distanciamento crescente entre o centro e a periferia como um fosso ainda maior que o modelo de desenvolvimento assumido pelos países periféricos cria, dentro deles mesmos,

entre as elites e o restante da população, pois uma minoria da população apropria-se de uma grande parcela da renda do país.

Essa concentração de renda nas mãos de uma minoria é justamente o que ocorre no cenário brasileiro, conforme a figura 12. Nela, observa-se que 1% da população chegou a concentrar 29,6% da renda, no ano de 2011, sem considerar os impostos sobre a renda. Mesmo incluindo a incidência de impostos, os dados para 2011 ainda refletem alta concentração, com cerca de 25,1% de renda nas mãos de apenas 1% da população.

**Figura 12 - A concentração da renda nacional pelo 1% mais rico - Brasil (2002-2015)**



Fonte: World Inequality Database

Nota: A Linha Azul representa a renda sem taxação, enquanto que a Linha Vermelha representa a renda após incidência dos impostos.

Marc Morgan, em artigo publicado em 2017 intitulado de “Extreme and Persistent Inequality: New Evidence for Brazil combining National Accounts, Surveys and Fiscal Data, 2001-2015” pretendeu estimar a desigualdade em toda a distribuição de renda do Brasil em um período de 15 anos, entre 2001 e 2015. Para isso, o autor combinou contas nacionais, pesquisas e dados fiscais, como por exemplo declarações de Imposto de Renda, produzindo então uma série de “Distributional National Accounts” (DINA) e receita fiscal.

Segundo Morgan (2017), desde os anos 1990, considerando a existência nesse período dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e em conjunto com a ausência de dados estatísticos sobre desigualdade que fossem confiáveis, a diminuição da pobreza tornou-se um tema central da agenda política do Brasil. Esse tema ganhou um impulso considerável no governo PT, que, nas palavras do autor, “can be described as pro-poor and neutral-rich” (MORGAN, 2017, p.22). Além disso,

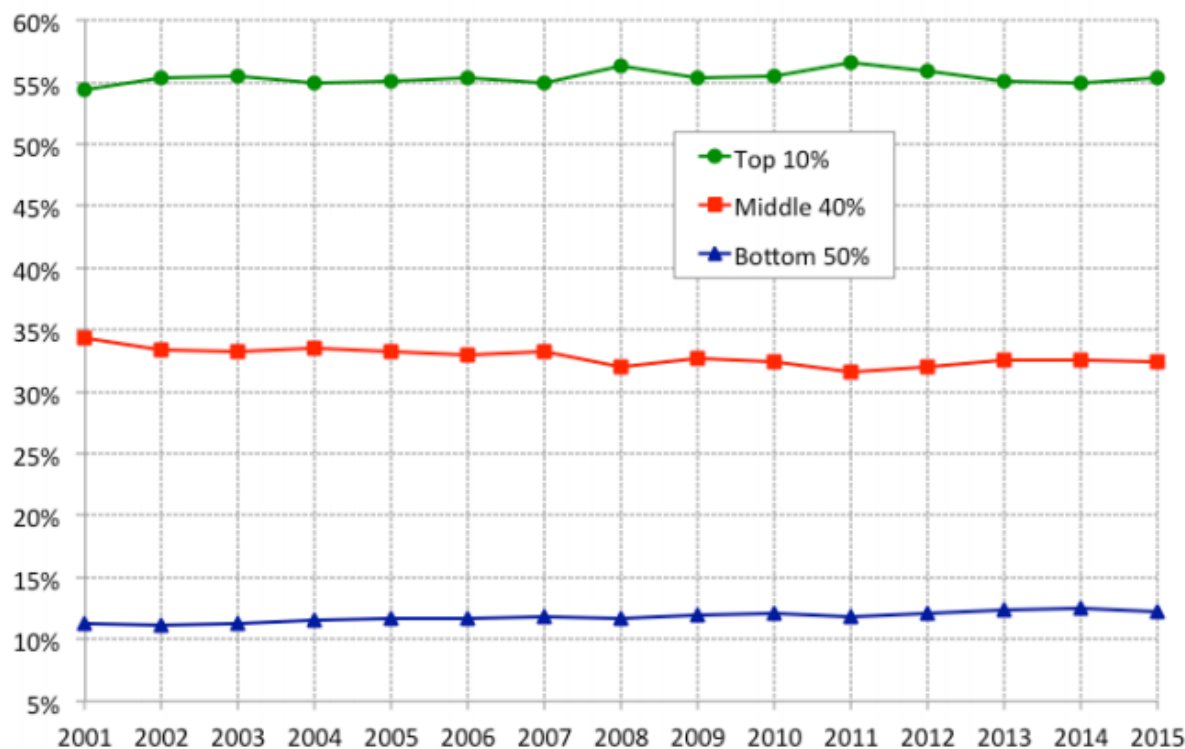
Given that we are interested in policies affecting market income distribution, the role of remuneration practices is important. Important among these is minimum wage policy. An explicit revalorization of the minimum wage occurred in the early 2000s, especially after the first Lula government. Between 2000 and 2015 the minimum wage increased by 64% in real terms, while average adult income grew by 18%. With the incidence of the minimum wage being concentrated in the Bottom 50% of the income distribution, it is no surprise that its share increased over the period (Ferreira et al., 2017; Brito et al., 2016). The indexation of the minimum wage to social benefits, particularly to pensions, also acted as a progressive lever. In fact, this channel is estimated to have been more important in terms of its contribution to income inequality than the labour market channel of the minimum wage (Brito et al., 2016). **While the PT government focused much attention on the bottom of the distribution, without infringing on the privileges of elites, the evolution of the Middle 40% income share may seem of residual importance, particularly as the share of the Middle 40% in labour income rose during the same time.** But the importance of the Middle 40% in a developing country like Brazil should not be overlooked. By capturing little or no part of the capital income distribution, and by not capturing much of the fruits of social policy directly, “the squeezed middle” could be a product of elites wanting to put them in competition with the bottom. This evolution may also help to explain the decline in support for the Worker’s Party in recent years (MORGAN, 2017, p.22, grifo nosso).

Como Morgan (2017) afirmou, o governo PT focou seus esforços na camada mais pobre da população sem gerar impactos para a parcela mais rica, já que em nenhum dos mandatos houve, por exemplo, a aprovação de um sistema de taxaço progressivo que poderia desconcentrar a renda da minoria. Tem-se, então, o que Furtado (1983) chama de processo de modernização, já que a elite brasileira, na medida em que aumenta o campo de modernização, aumenta também a pressão interna para ampliar o excedente econômico disponível, e, por consequência, a concentração de renda que ela possui em detrimento do restante da população.

As estimativas que Morgan apresentou vão ao encontro dessa perspectiva. Conforme a figura 13, entre os anos de 2001 e 2015 o 1% mais rico passou a concentrar de 25% para 28% da renda total do Brasil, bem como o 10% continuou capturando mais da metade da renda brasileira, cerca de 55%. Os 50% mais pobres aumentaram sua participação de 11% para 12%, o que representou apenas 18% do total do crescimento da renda. Para o autor, o fato de serem pessoas com renda muito baixa faz com que não consigam capturar uma maior parcela.

Além disso, conforme a tabela 2, 0,1% da população brasileira concentravam, em 2015, mais renda do que 50% de toda a população. A única camada que teve decréscimo na participação da renda total brasileira foi a classe média, os 40% do meio, saindo de 34% para 32%.

**Figura 13 - Desigualdade social no Brasil: estimativas DINA**



Notes: Distribution of pretax national income (before taxes and transfers, except pensions and unemployment insurance) among adults. Corrected estimates (combining survey, fiscal and national accounts data). Equal-split-adults series (income of married couples divided by two).

Fonte: MORGAN (2017)

**Tabela 2 - Participação na renda do Brasil - 2015**

Income groups (distribution of per adult pre-tax income)	Survey income series (survey data)	Fiscal income series (survey + tax data)	National income series (survey + tax + national accounts data)
	[1]	[2]	[3]
Bottom 50%	16.0%	12.5%	12.3%
Middle 40%	43.6%	34.1%	32.4%
Top 10%	40.4%	53.4%	55.3%
<i>incl. Top 1%</i>	10.7%	23.7%	27.8%
<i>incl. Top 0.1%</i>	2.2%	11.0%	14.4%
<i>incl. Top 0.01%</i>	0.4%	5.4%	7.5%
<i>incl. Top 0.001%</i>	0.1%	2.5%	3.9%
<b>Total (% national income)</b>	<b>57.1%</b>	<b>73.1%</b>	<b>100.0%</b>

Fonte: MORGAN (2017)

O fato de as elites se apropriarem de parcela tão representativa da renda do país demonstra que, ainda que tenha havido uma certa homogeneização entre os 50% mais pobres e a classe média, há uma heterogeneidade crescente entre os mais ricos e os mais pobres, distanciando-os cada vez mais. Ainda que o governo PT tenha logrado diminuir o Coeficiente de Gini, simultaneamente a concentração de renda por parte da elite brasileira aumentou.

Esse cenário é bem diferente, por exemplo, do ocorrido na metade do século XX. Durante o chamado Milagre Econômico, houve a ascensão da elite e também da classe média da população brasileira, em contrapartida com uma precarização de renda da camada mais pobre, que foi a responsável por sustentar esse aumento de renda das classes mais ricas. Conforme exposto pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) em 2014, de acordo com dados do IBGE, em 1960 20% da população mais pobre do Brasil possuía 3,9% da renda total do país, enquanto que em 1980 essa participação caiu para 2,8%.

Assim, enquanto que durante o Milagre foi a população pobre do Brasil que diminuiu sua participação da renda do país, sustentando o aumento de participação das classes média e rica, a partir dos anos 2000 é a classe média que perde espaço, em um momento no qual os mais pobres conseguiram elevar seu nível de vida. Porém, em ambos os casos deve-se atentar ao fato de que os mais ricos não foram prejudicados pelas políticas adotadas pelo governo. Pelo contrário, a concentração de renda por parte dessa elite tendeu ao crescimento nas últimas décadas, em um processo de modernização no qual o excedente econômico não foi redistribuído à população.

Singer, em sua obra “Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conversador” também contribui para a discussão da movimentação de renda das classes brasileiras durante o governo Lula. Para Singer (2012), a partir de 2003 houve um realinhamento eleitoral que possibilitou o surgimento do lulismo, em 2006, e essa base lulista acabou por estabelecer uma separação entre ricos e pobres. O lulismo contou, de um lado, com a liderança de Lula, e, de outro, com sua base, o subproletariado, por meio de programas sociais cujos pontos principais foram estabelecidos entre os anos de 2003 e 2005, tais como o combate à pobreza.

Ao mesmo tempo em que houve essa aproximação entre a classe social mais pobre e o governo PT, afastou-se outra, a classe média, que, conforme Morgan (2017) identificou, não foi beneficiada pelas políticas governamentais. Segundo Singer (2012), o realinhamento eleitoral também gerou um antilulismo, concentrado no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e afastou do PT a classe média, o que desmente o argumento de que houve uma despolarização da política no Brasil com o governo Lula.

O subproletariado via, no governo Lula, a possibilidade de melhora de vida sem que houvesse um confronto à ordem. Isso deu suporte ao presidente para que ele fosse reeleito, bem como para que Dilma desse continuidade ao governo PT no Brasil. Porém, Singer (2012) argumenta que há uma contradição no lulismo, já que o reformismo promovido por Lula foi fraco o suficiente para não estimular conflitos, aumentando o tempo para se diminuir a gigante desigualdade social brasileira, que possui uma queda muito lenta se comparada ao seu tamanho.

Essa queda lenta é um dos reflexos da maneira com a qual ocorreu a desigualdade social no Brasil, sem que a elite tenha aberto mão em nenhum momento da grande fatia de renda que ela concentra. Os processos de modernização e marginalização operam em conjunto nas economias subdesenvolvidas, que são caracterizadas justamente por uma forte desigualdade de renda, de acordo com Furtado (1983), o que se faz verdade no caso brasileiro.

Um dos caminhos a serem tomados para diminuir tais discrepâncias de concentração de renda é, segundo Informe sobre la Desigualdade Global (2017, p. 15), a taxaçoão progressiva, já que “La tributación progresiva no sólo reduce la desigualdad de manera directa, sino que también disminuye los incentivos a capturar fracciones crecientes de ingreso y de riqueza, al limitar su magnitud.”. Segundo o mesmo relatório, impostos sobre heranças e doações, por exemplo, são uma parte irrelevante ou mesmo inexistente do sistema tributário de boa parte dos países com alta desigualdade social, como é o caso do Brasil, que adota a tributação regressiva, o que abre a possibilidade do desenvolvimento de importantes reformas.

Assim, conforme exposto nesse capítulo, a redução do índice de concentração de renda, aqui mensurado pelo Coeficiente de Gini, bem como a redução do número de pessoas abaixo da linha da pobreza, foi impulsionado em grande parte por políticas públicas, tais como as de transferência de renda, aumento do salário mínimo e programas sociais. Essas políticas tiveram maior aporte e abrangência nos anos de governo do PT, principalmente nos dois mandatos do presidente Lula. Porém, as políticas públicas promovidas desde 1990 não foram o suficiente para evitar que o Brasil ainda seja um dos países mais desiguais do mundo, já que a homogeneização ocorrida foi entre a classe mais pobre e a classe média, enquanto que a renda concentrada pela parcela mais rica da população não sofreu diminuição.



#### **4. ANÁLISE DOS LIMITES DA QUEDA DA DESIGUALDADE SOCIAL BRASILEIRA SOB A ÓTICA DA TEORIA DA COMPLEXIDADE ECONÔMICA E CELSO FURTADO**

O quarto capítulo da presente pesquisa visa fazer uma análise Furtadiana sobre os limites da queda da desigualdade social brasileira, tal como vista no capítulo anterior, e considerando a Teoria da Complexidade Econômica. Para isso, na primeira seção explica-se no que consiste a Teoria de Haumann e Hidalgo et al (2012). Na segunda, aborda-se a relação entre Complexidade Econômica, renda per capita e o Espaço-Produto, conceito dos autores que demonstra a similaridade entre produtos. Na seção seguinte, discorre-se sobre a conexão criada por Hartmann et al (2017) entre a complexidade econômica de um país e o seu nível de desigualdade de renda. Na quarta seção, apresentam-se os dados brasileiros relacionados a sua complexidade econômica. Por fim, na última seção discute-se quais são os limites da redução de desigualdade social do Brasil sob a perspectiva de Furtado, a partir das informações levantadas na pesquisa.

##### **4.1. A TEORIA DA COMPLEXIDADE ECONÔMICA**

Ainda que tenha surtido efeitos positivos no Brasil, a execução de políticas sociais não é o suficiente para promover uma queda de desigualdade social sustentável a longo prazo. A perspectiva apresentada pela Teoria da Complexidade Econômica, por exemplo, pode fornecer subsídios a esse processo através da reforma da estrutura produtiva de um país.

O Atlas da Complexidade Econômica busca medir quanto conhecimento produtivo um país detém, o que poderia explicar a grande diferença de renda entre as nações, bem como prever o crescimento desses países. Para isso, foi criado um mapa que permite identificar quão semelhantes são os produtos no que diz respeito ao conhecimento embutido neles. E é nesse mapa, também chamado de rede ou espaço produto, que se localizam os países, ilustrando suas capacidades produtivas (HAUSMANN; HIDALGO, 2011).

O tema de complexidade começa a ganhar destaque com os trabalhos de Brian Arthur no final da década de 1980, mas é com Hausmann e Hidalgo que se combinam avanços dessa

discussão com a tecnologia da Big Data<sup>5</sup>. Com a tecnologia desenvolvida pelo MIT Media Lab e a Kennedy School, de Harvard, tem-se um acesso rápido a uma grande variedade e disponibilidade de dados sobre o comércio internacional e é a partir desses dados que o Atlas investiga as causas do desenvolvimento econômico de um país (GALA, 2017).

Os autores partem do princípio de que fazer um produto exige um tipo e combinação de conhecimento dos países que o fazem. Com isso, tem-se algumas implicações que contribuem para a construção de uma maneira de se medir a complexidade econômica de um país. A primeira implicação é de que existem países cujas pessoas e organizações possuem mais conhecimento e, sendo assim, produzem uma maior diversidade de produtos. Para esses países, o quanto de conhecimento possuem é mensurado através da diversidade de sua produção (HAUSMANN; HIDALGO, 2011).

A segunda implicação que os autores levantam é de que há produtos que exigem uma quantidade de conhecimento tão grande que ela só está disponível por completo em alguns poucos países. Sendo assim, se a ubiquidade se refere ao número de países capacitados para produzirem um determinado produto, os produtos mais complexos são os menos ubíquos e que exigem mais conhecimento dos países que os produzem (HAUSMANN; HIDALGO, 2011).

Portanto, pode-se inferir que quanto mais diversa e menos ubíqua for a pauta exportadora<sup>6</sup> de um país, mais complexo economicamente ele será. Para exemplificar os conceitos de diversidade e ubiquidade e como elas se relacionam, apresenta-se o gráfico construído pelos autores no Atlas da Complexidade Econômica (2011) conforme a figura 14. Nela, são utilizados três países - Holanda, Argentina e Gana - e cinco produtos, sendo estes máquina de raio X, medicamentos, cremes, queijo e peixe.

Seguindo as linhas que demonstram a interação entre os países e os produtos, é possível perceber no gráfico que o país com maior diversidade produtora é a Holanda, que

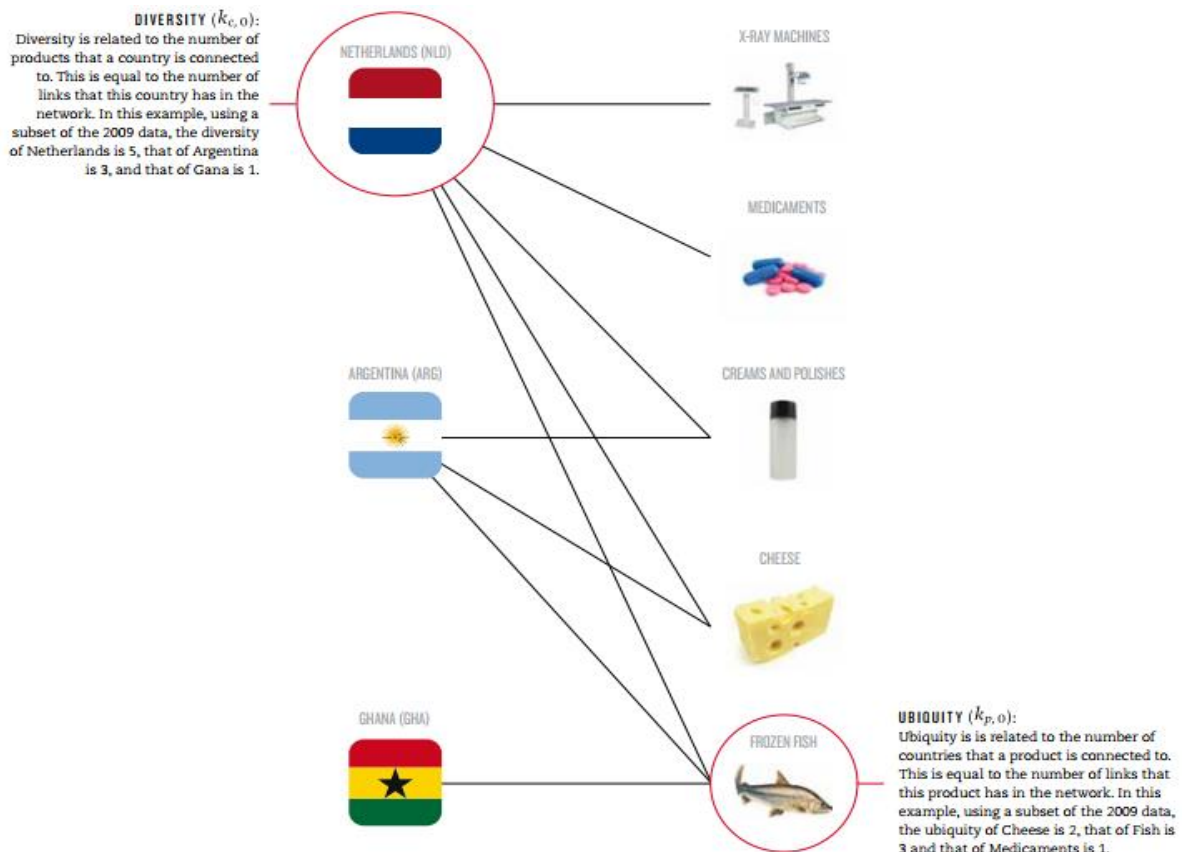
---

<sup>5</sup> O termo Big Data vem sendo usado em diversos contextos para descrever a crescente explosão de dados disponíveis no universo digital. O Big Data, em sua raiz, trata grande volume de dados com grande velocidade. Em economia, talvez o primeiro e mais relevante banco de dados de Big Data tenha sido o Atlas da complexidade econômica (Hausmann e Hidalgo, et al., 2011) (Paulo Gala, 2017)

<sup>6</sup> This Atlas relies on international trade data. We made this choice because it is the only dataset available that has a rich detailed cross-country information linking countries to the products that they produce in a standardized classification. As such, it offers great advantages, but it does have limitations. First, it includes data on exports, not production. Countries may be able to make things that they do not export. The fact that they do not export them, however, suggests that they may not be very good at them. Countries may also export things they do not make (HAUSMANN; HIDALGO, 2011, p.23)

possui conhecimento para produzir todas as cinco mercadorias. Ainda observando as interações, percebe-se que os medicamentos são produzidos por apenas um dos três países, sendo então o produto menos ubíquo, ao contrário do peixe que exige um conhecimento que os três países do exemplo possuem.

**Figura 14 - Explicação Gráfica de Diversidade e Ubiquidade**



Fonte: HAUSMANN; HIDALGO (2011)

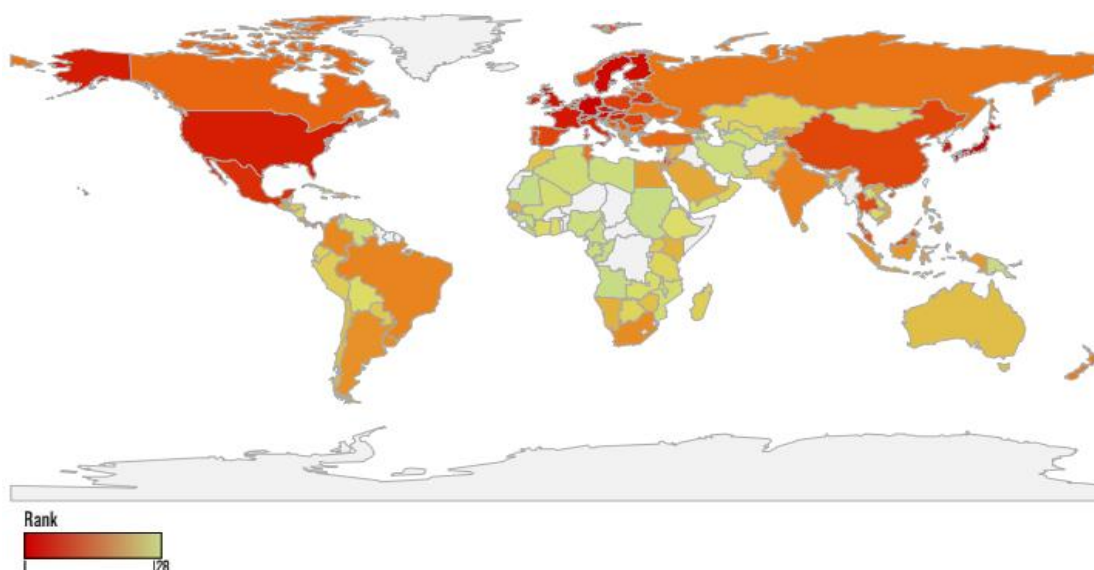
No entanto, admite-se que a ubiquidade pode vir do fato de que os recursos em si são escassos, como no caso do urânio e diamante, que serão exportados apenas por países que possuem tais recursos naturais, e não do fato de o país possuir maior complexidade econômica. Para identificar se o país tem em sua pauta exportadora um produto pouco exportado porque ele é um recurso escasso ou porque o país é complexo economicamente e então dotado das capacidades necessárias para produzi-lo, pode-se olhar para a sua própria diversidade. Se esse país só consegue incluir em sua pauta exportadora esses produtos pouco ubíquos, então sua baixa ubiquidade deve-se à escassez desse recurso, o que se aplica para alguns minérios por exemplo. Já se os países são não só capazes de exportar esses produtos raros como também vários outros, então pode-se inferir que sua reduzida ubiquidade deve-se

de fato a sua complexidade, já que ele possui uma estrutura produtiva sofisticada que consegue ter, ao mesmo tempo, alta diversidade e pouca ubiquidade. Dessa maneira, conforme Hausmann e Hidalgo (2011), ambos os fatores regulam-se e corrigem-se quando necessário.

As interações entre esses dois fatores, diversidade e ubiquidade, convergem e representam as medidas quantitativas da complexidade. Assim, para referir-se aos países, utiliza-se o Economic Complexity Index (ECI), enquanto que para os produtos utiliza-se o Product Complexity Index (PCI).

Na figura 15 é possível observar o mapa do mundo, colorido conforme o ranking do Índice de Complexidade Econômica, no qual os países de cores mais próximas do vermelho possuem maior complexidade econômica, enquanto que os países com cores mais claras, como o verde, possuem menor complexidade.

**Figura 15 - Mapa do mundo colorido de acordo com o Ranking do Índice de Complexidade Econômica**



Fonte: HAUSMANN; HIDALGO (2011)

#### 4.2. ÍNDICE DE COMPLEXIDADE ECONÔMICA, RENDA PER CAPITA E O ESPAÇO-PRODUTO

Considerando que a complexidade econômica está ligada ao conhecimento embutido na estrutura produtiva das nações, os autores avançam ao mostrar que há então uma relação

entre a complexidade e a renda per capita que essas mesmas nações possuem. Eles afirmam que os países que possuem uma maior complexidade econômica do que a que seria esperada dadas suas condições, tendem a crescer economicamente mais rápido do que os países que são muito ricos dado o nível de complexidade que possuem. Sendo assim, o ECI consegue prever o futuro do crescimento econômico dos países (HAUSMANN; HIDALGO, 2011).

Essa previsão do índice sugere que os países tendem a crescer de maneira que sua riqueza seja correspondente ao nível de conhecimento embutido em sua estrutura produtiva. Em casos que isso não acontece, pode haver ou uma aceleração no crescimento ou uma diminuição. A diferença que existe entre a renda de um país e sua complexidade econômica permite, conforme os autores, avaliar qual é o potencial de crescimento desse país (HAUSMANN; HIDALGO, 2011).

In short, economic complexity matters because it helps explain differences in the level of income of countries, and more important, because it predicts future economic growth. Economic complexity might not be simple to accomplish, but the countries that do achieve it, tend to reap important rewards (HAUSMANN; HIDALGO, 2011, p. 29).

Mas como a complexidade econômica pode evoluir? Como os países podem tornar-se mais complexos economicamente? O conhecimento que está ligado à estrutura de produção de um país possui um custo, tanto para se adquirir, quanto para se transferir, e ele passa a representar uma capacidade (ou mais). Por um lado, os países não irão ter em sua pauta exportadora produtos que exigem capacidades as quais eles não possuem. Por outro, não há muitos incentivos para que se adquiram capacidades necessárias para determinado produto se nesse país não há empresas que exigem tais capacidades. Dado que as capacidades são complementares umas às outras, tal situação pode se tornar um impeditivo para o surgimento de novas indústrias. De acordo com Hausmann e Hidalgo (2011, p. 44),

This is particularly true when the missing capabilities required by a potential new industry are many. In this case, supplying any single missing capability will not be enough to launch the new industry, given the absence of the other required capabilities. In a world in which capabilities are complementary, new capabilities risk not being demanded simply because other capabilities are not present.

Uma das implicações dessa perspectiva, portanto, é que ela demonstra que um país mais provavelmente irá explorar produtos para os quais ele já possui as capacidades requeridas, isso porque elas já existem para a produção de outros produtos. Assim, os países irão aumentar sua diversidade com produtos similares no que se refere ao conhecimento embutido neles.

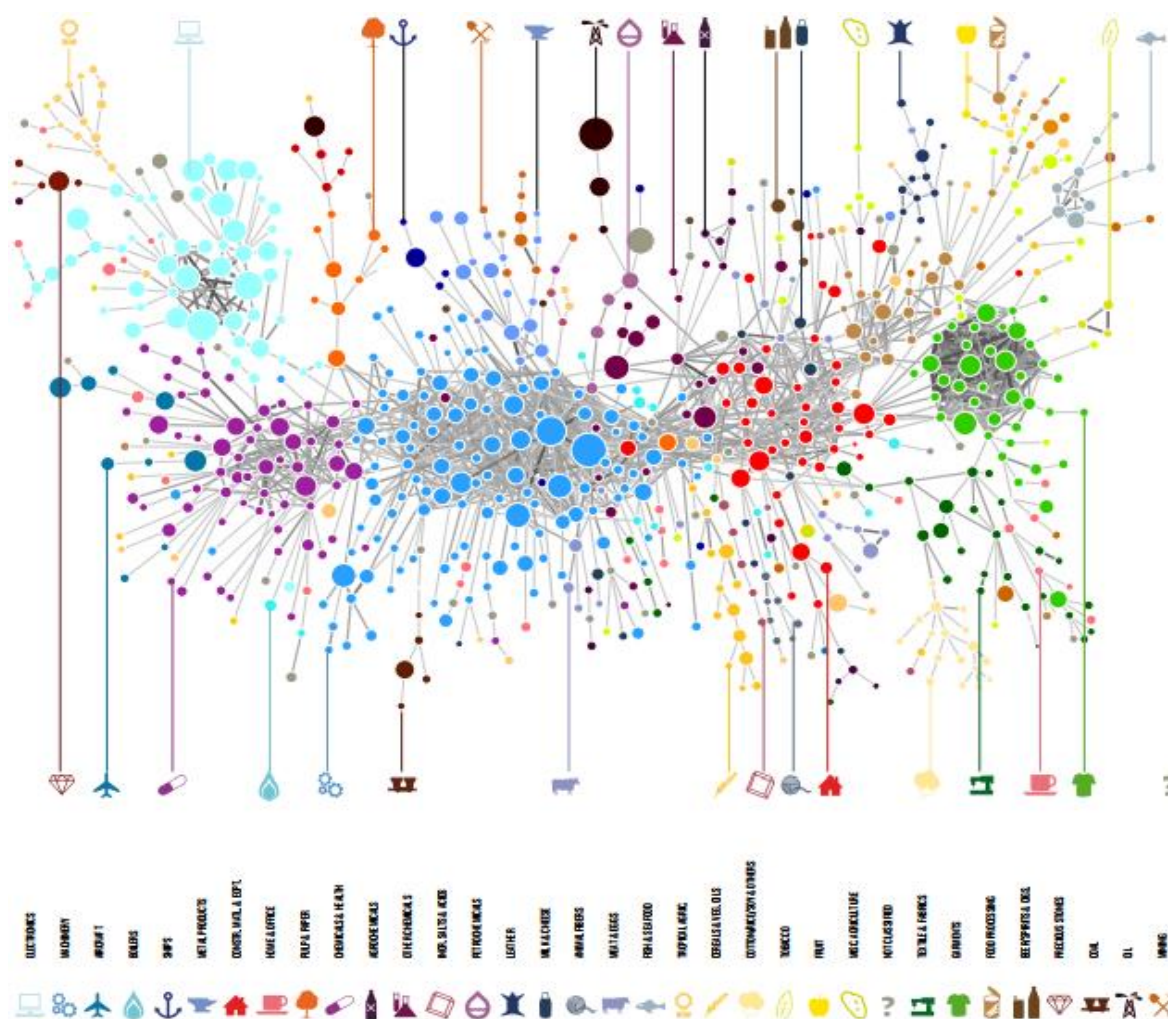
An implication of this is that a country will diversify by moving from the products they already produce to others that require a similar set of embedded knowledge. Arguably, it is easier to move from shirts to blouses than it is to move from shirts to engines. This is because, in terms of embedded knowledge, shirts are more similar to blouses than to engines. A testable implication of this logic is that countries will move into products that are similar, in terms of the capabilities they require, to the ones they already make (HAUSMANN; HIDALGO, 2011, p. 44).

Essa similaridade entre os produtos foi traduzida em um rede que conecta produtos que possuem mais probabilidades de serem coexportados pelos países. Hidalgo et al (2007, p. 2), chamam a essa rede de Produto-Espaço. Conforme o autor,

[...] making cotton shirts does not require more or less skills than making chocolate, but different skills. Transporting oil requires pipelines on which you cannot transport fresh fruit, which do require cold storage systems that can be used by other fresh produce as well as institutional setups dealing with phyto-sanitary issues irrelevant for other manufactures. While existing theories abstract from this complexity, here we propose that it underpins the relatedness between products in the fact that countries specializing in one product may or may not also specialize in the other. We empirically study this pattern and use network techniques to show that this relatedness, calculated at a certain time point from trade data, governs how countries change their specialization patterns over time: countries move preferentially to related or ‘nearby’ goods.

Para medir essa probabilidade, os autores utilizam a Revealed Comparative Advantage (RCA). A RCA irá mensurar o quanto o país é ou não efetivo exportando um produto I, dado que ele possui vantagens para produzir não só I como outro produto J que requer capacidades próximas. A figura 16 apresenta visualização do Produto-Espaço construído a partir de dados do comércio internacional entre os anos de 2006 e 2008. Os nós representam os produtos, bem como seus tamanhos são proporcionais ao comércio internacional total desse bem. Já as linhas são links que conectam produtos que possuem uma maior probabilidade de serem coexportados por um país. Percebe-se, então, que temos um Espaço-Produto muito heterogêneo e com a formação de “comunidades” que reúnem grandes grupos de produtos conectados entre si, como pode ser observado na proximidade dos nós azuis, por exemplo.

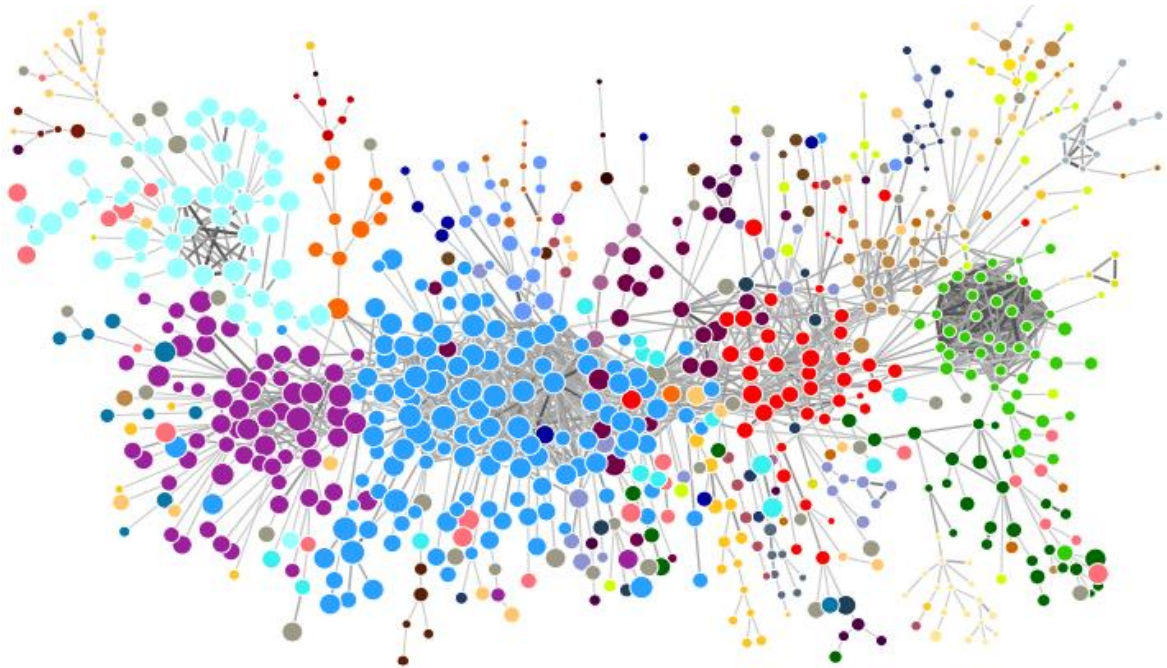
**Figura 16 - O Espaço-Produto**



Fonte: HAUSMANN; HIDALGO (2011)

Já a figura 17 traz a representação do Espaço-Produto, considerando que o tamanho dos nós representam a complexidade desses produtos, estimado pelo PCI. A partir dela, pode-se observar que as comunidades tendem a ter níveis de complexidade parecidos. Além disso, produtos como máquinas e eletrônicos tendem a ser mais complexos do que o petróleo, por exemplo.

**Figura 17 - O Produto-Espaço revisado**



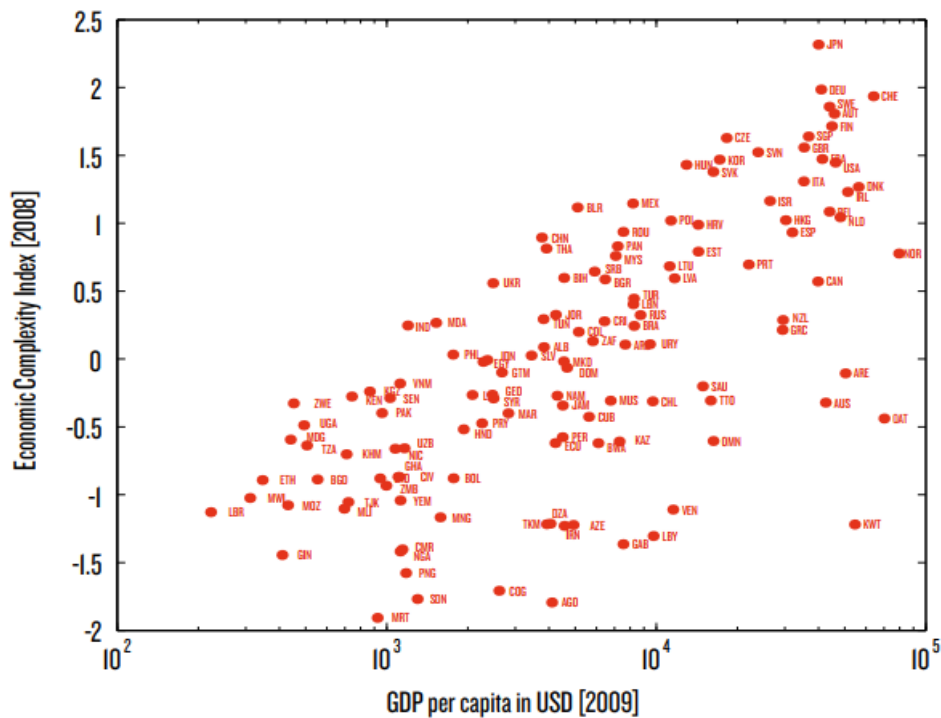
Fonte: HAUSMANN; HIDALGO (2011)

Devido a essa maior facilidade de produzir produtos similares entre si, a capacidade de um país de incluir em sua pauta exportadora novos produtos e, então, aumentar a sua complexidade econômica, passa a ser afetada. Desse modo, um país que possui vantagens comparativas em exportar soja, por exemplo, tende a continuar exportando produtos que utilizem mais massivamente o insumo terra, e não produtos que possuem alto grau de tecnologia incorporado.

Entre as implicações dessa análise há a ligação que os autores defendem existir entre a sofisticação da economia de um país e sua renda per capita. Assim, conforme é possível observar na figura 18, baseado em dados dos anos de 2008 e 2009, os países mais complexos tendem a possuir uma renda per capita maior do que aqueles menos complexos.



**Figura 18 - Relação entre o nível de Complexidade Econômica e a Renda per Capita dos países em dólar (2009)**



Fonte: HAUSMANN; HIDALGO (2011)

#### 4.3. COMPLEXIDADE ECONÔMICA E DESIGUALDADE DE RENDA

Indo além, Dominik Hartmann, Hidalgo e outros autores, no ano de 2017, no artigo “Linking Economic Complexity, Institutions and Income Inequality”, conseguem a partir de métodos econométricos, ciência das redes e da própria Complexidade Econômica mostrar que “[...] countries exporting complex products—as measured by the Economic Complexity Index—have lower levels of income inequality than countries exporting simpler products.” (HARTMANN et al, 2017, p. 1). Isso torna-se plausível quando leva-se em conta que, entre outros, a perspectiva da complexidade considera alguns parâmetros que não são discutidos ou que então ultrapassam o campo de estudo de outras teorias.

São diversas as razões, segundo tais autores, pelas quais as estruturas produtivas dos países relacionam-se não só ao seu crescimento econômico como também ao nível de desigualdade de renda que possuem. Em primeiro lugar, o mix de produtos fabricados em um país limita as escolhas de emprego e aprendizado da população, bem como o poder de barganha dos trabalhadores e sindicatos. Em vários países industrializados, processos de

desindustrialização em conjunto com uma maior concorrência por exportação de bens em nível global levaram a altos níveis de desigualdade de renda.

Em segundo lugar, estudos recentes sobre estruturas produtivas destacaram que a complexidade e diversidade de um país podem ser um bom representante de quanto conhecimento e know how essas economias possuem. Além disso,

[...] productive structures can also be understood as a proxy of an economy's level of social capital and the health of its institutions, since the ability of a country to produce sophisticated products also critically depends on the ability of people to form social and professional networks (Hidalgo, 2015, Fukuyama 1995). For this reason, **complex industrial products also tend to require a large degree of tacit knowledge and more distributed knowledge than found with simple products that are mainly based on resource richness or low labor costs.** More distributed knowledge and a large degree of tacit knowledge can enhance the incentives to unionize and increase the effectiveness in negotiating high wages and therefore compress wage inequality (HARTMANN et al, 2017, p. 3, grifo nosso).

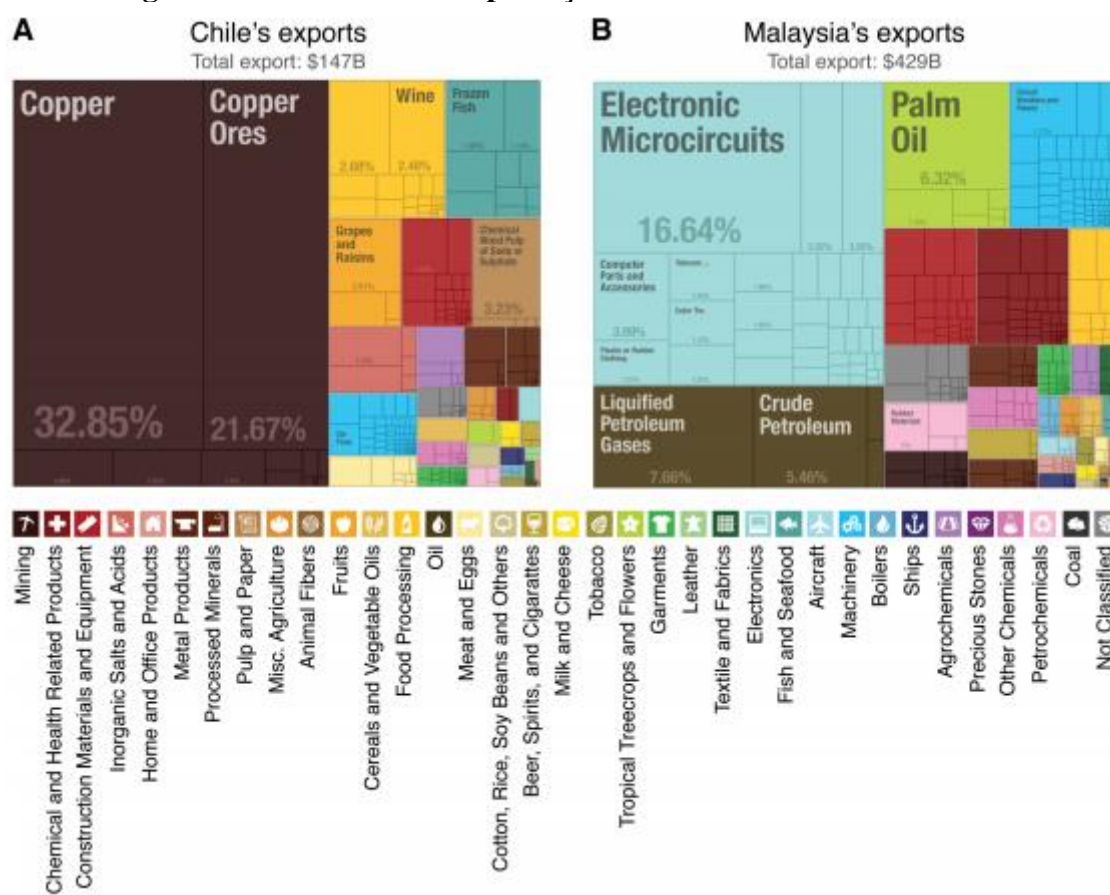
Em terceiro lugar, em um mundo no qual poder econômico gera poder político, países que possuem economia pouco diversa (como aquelas baseadas em disponibilidade de recursos naturais) estão mais suscetíveis a sofrer com impactos de ambos poderes político e econômico. A partir dessas considerações, Hartmann et al (2017) estabeleceram uma forte correlação entre a complexidade econômica de um país e seu nível de desigualdade. Além disso, eles também observaram que, ao longo do tempo, países que tem elevado sua complexidade econômica possuem mais probabilidades de apresentarem declínios na sua desigualdade social. Desse modo, o nível de desigualdade de um país está condicionado a sua estrutura produtiva.

For example, post-colonial economies specializing in a limited number of agricultural or mineral products, like sugar, gold, and coffee, tend to have more unequal distributions of political power, human capital, and wealth (Innis, 1970; Engerman & Sokoloff, 1997; Acemoglu & Robinson, 2012), and hence, their productive structures provide us with indirect information about their geographies, human capital, and institutions. Conversely, sophisticated products, like medical imaging devices or electronic components, are typically produced in diversified economies with inclusive institutions and high levels of human capital (HARTMANN et al, 2017, p. 5).

Com isso, tem-se o argumento central dos autores, que é o de que países que exportam produtos mais complexos tendem a possuir um menor nível de desigualdade de renda do que aqueles países que exportam produtos menos sofisticados. Além disso, ainda que economias que exportem mais produtos advindos da presença de recursos naturais possam ter uma renda média alta, ela dificilmente estará acompanhada de instituições inclusivas, pelo fato de não ser resultado de uma estrutura produtiva complexa (HARTMANN et al, 2017).

Os autores trazem nesse artigo um exemplo de países que possuem uma macroeconomia similar, mas que devido às diferenças nas suas estruturas produtivas, apresentam diferentes níveis de complexidade e então de desigualdade de renda. Chile, em 2012, teve uma média de renda per capita de US\$21.044 e uma média de 9,8 anos de escolaridade, comparável à Malásia que teve médias de US\$22.314 e 9,5 respectivamente. Ainda assim, dado que a Malásia possui em sua pauta exportadora máquinas e eletrônicos, enquanto que o Chile possui majoritariamente produtos agrícolas e minérios, conforme a figura 19, a Malásia ficou em 24º lugar no ranking de complexidade enquanto que o país latino americano ficou em 72º. Corroborando a relação entre complexidade e desigualdade, o Índice de Gini da Malásia era 0,39, contra 0,49 do Chile.

**Figura 19 - Estrutura de exportação do Chile e da Malásia em 2012**



Fonte: HARTMANN et al (2017)

Hartmann et al., 2017, utilizam os dados de desigualdade de renda a partir do coeficiente de Gini de Galbraith et al., GINI EHII<sup>7</sup>, o Gini de Milanovic (2013), bem como indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial. Também deve-se atentar ao fato de que os autores consideram apenas os países que tenham no mínimo 1,5 milhão de habitantes e que exportem mais que um bilhão de dólares, o que inclui cerca de 91% da população e 84% do total de comércio internacional entre os anos de 1963 e 2008.

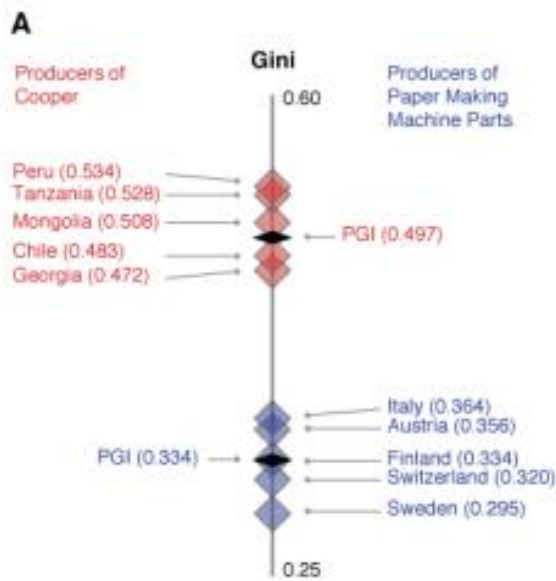
Para mensurar a desigualdade de renda dos países, Hartmann et al. (2017) criam o Product Gini Index (PGI), que é composto pelo nível médio de desigualdade de renda dos exportadores de um produto, ponderado pela importância de cada produto na pauta exportada de um país. Quanto mais perto de 0 o PGI for, mais igualitária tende a ser a distribuição de renda de um país. Quanto mais próximo de 1, mais desigual tende a ser essa distribuição.

Exemplificando, na figura 20 tem-se dois produtos, cobre e máquina, assim como alguns dos países que os produzem. A partir do Gini dos países em azul, que produzem a máquina, é possível chegar ao PGI desse produto, 0,334. Fazendo os cálculos com os Gini dos países em vermelho, chega-se a um PGI para o cobre de 0,497. Isso demonstra que os países que exportam o maquinário têm uma menor desigualdade de renda do que os países que exportam cobre, que são menos complexos economicamente.

---

<sup>7</sup> Estimated Household Income Inequality Data Set (EHII) - is a global dataset, derived from the econometric relationship between UTIP-UNIDO, other conditioning variables, and the World Bank's Deininger & Squire data set. UTIP- UNIDO is a global data set that calculates the industrial pay-inequality measures for 151 countries from 1963-2015. It has a total of 4882 observations based on the UNIDO Industrial Statistics. (University of Texas Inequality Project).

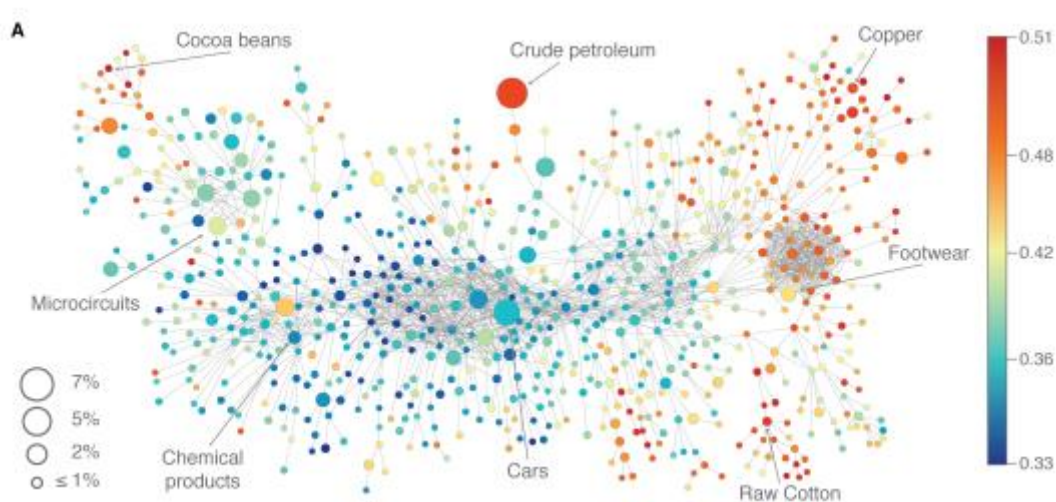
**Figura 20 - O Índice de Gini do Produto**



Fonte: HARTMANN et al (2017)

Na figura 21 é possível analisar o gráfico de Espaço-Produto no qual as cores dos nós (produtos) representam seus PGIs, enquanto que o tamanho desses nós é proporcional ao tamanho do seu comércio internacional entre os anos de 2000 e 2008. Os produtos que possuem menores PGIs estão no centro do gráfico, onde se alocam os produtos mais sofisticados economicamente. Já nos extremos do gráfico, afastados do centro, se localizam os produtos menos sofisticados. Analisando essa figura, depreende-se que países que exportam carros tendem a ser mais inclusivos socialmente do que aqueles que exportam petróleo, dado que os carros estão representados no centro do espaço produto, enquanto que o petróleo está na periferia do gráfico.

**Figura 21 - Espaço-Produto e Desigualdade de Renda**



Fonte: HARTMANN et al (2017)

A partir do PGI, pode-se inferir não só que produtos de maior complexidade econômica tendem a ser produzidos por países com maior distribuição de renda (já que esses produtos exigem mais trabalhadores capacitados, instituições que os tornem competitivos, entre outros), mas também o inverso, que produtos menos complexos tendem a ser produzidos em países mais desiguais, nos quais a competitividade irá se basear em disponibilidade de recursos naturais, mão de obra barata e economias de escala. Além disso, “[...] these simpler products also tend to be located at the beginning or the end of global production chains—they are either extractive or assembly activities.” (HARTMANN et al., p. 17).

This paper and the related online tool show that a country’s productive structure conditions its path of economic development and its abilities to generate and distribute income. This also implies that social and industrial policies may need to complement each other to achieve sustained inequality reduction and economic development (Stiglitz, 1996; Ranis, Steward & Ramirez, 2000; Amsden, 2010; Hartmann, 2014). While it is important for economic development and inequality reduction to improve school education and health services, **it is also important to create advanced products and jobs that demand specialized education and inclusive institutions** (HARTMANN et al, 2017, p. 21, grifo nosso).

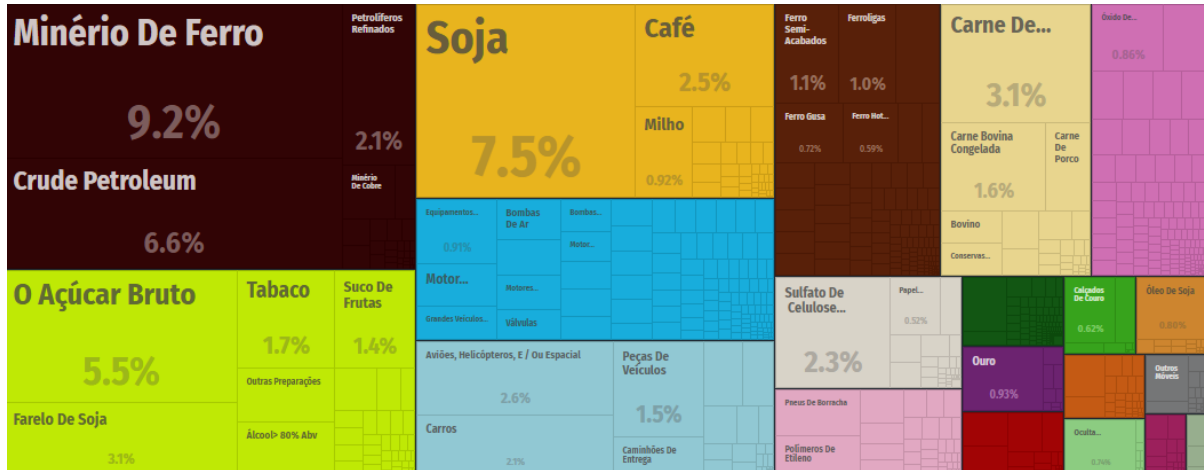
#### 4.4. ANÁLISE DO BRASIL A PARTIR DE SUA COMPLEXIDADE ECONÔMICA

Levando em consideração o exposto até então no presente capítulo, como o Brasil se situa no mundo dada a sua estrutura produtiva? Foram grandes as mudanças que ocorreram no tecido produtivo desde a década de 1990. Em 1995, a pauta exportadora do país era composta, em boa parte, por produtos advindos da agricultura, metais e minérios, conforme a figura 22.



posição no Ranking da Complexidade. O ferro, petróleo sem refinação, açúcar bruto e soja somados representavam quase 30% da pauta exportadora do país.

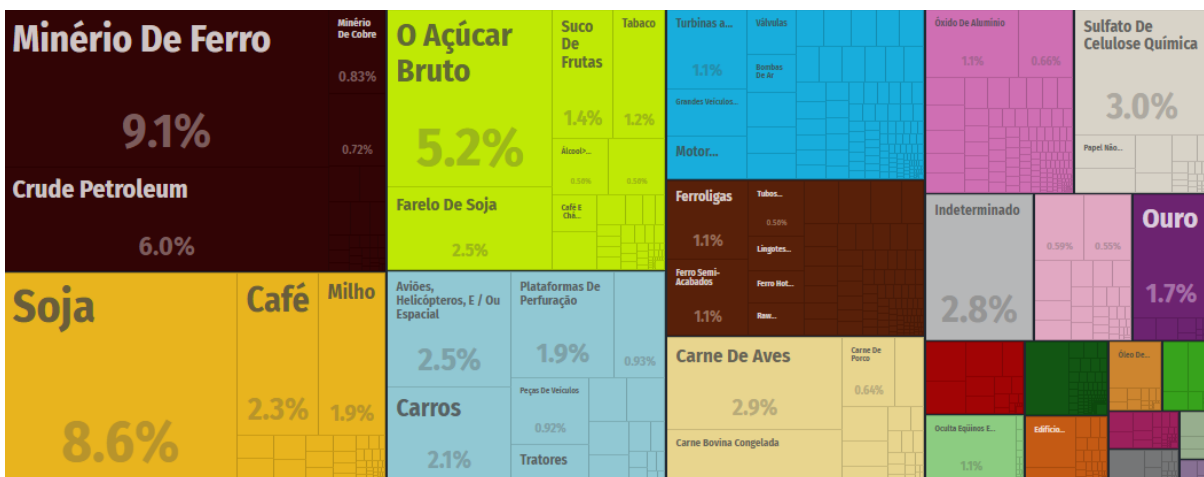
**Figura 24 - Pauta exportadora do Brasil em 2009**



Fonte: OEC

Em 2014 o Brasil ocupou a pior posição até então, 55<sup>a</sup>, ficando atrás de países como Vietnã, El Salvador e Índia. O último ano de dados disponíveis no Observatório (2016) mostra que não tivemos grandes avanços no que se refere à sofisticação do tecido produtivo do país. A agricultura e minérios continuam ocupando parcela significativa da pauta exportadora do país, sem aumento considerável da participação de produtos mais complexos, de acordo com a figura 25.

**Figura 25 - Pauta exportadora do Brasil em 2016**

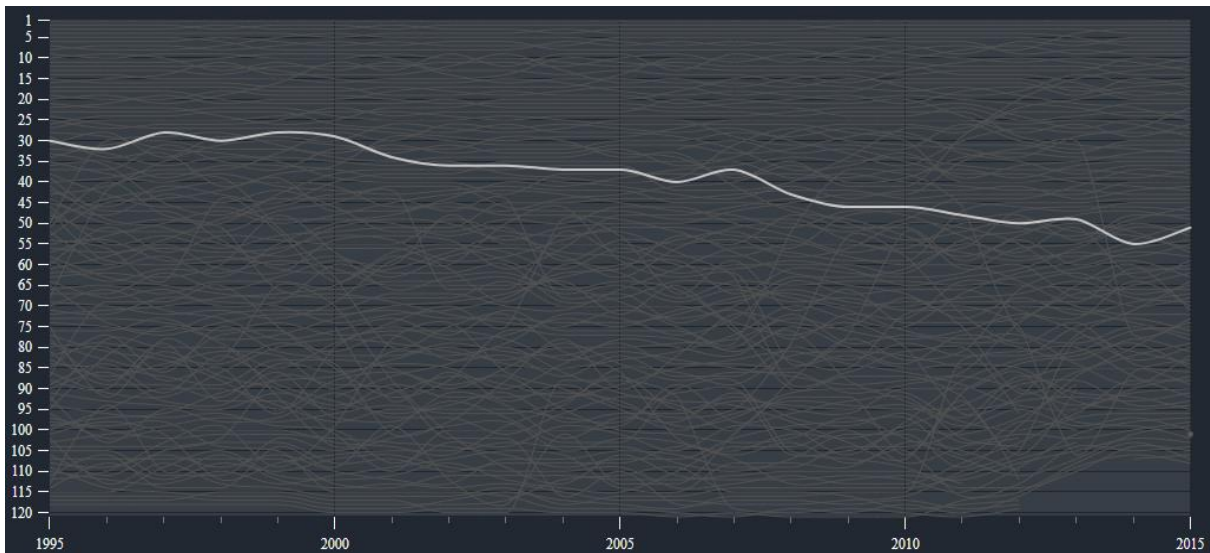


Fonte: OEC



Conforme é possível verificar na figura 26, ocorreu uma pequena melhora quanto à posição que o Brasil ocupou no Ranking de ECI entre os anos de 1995 e 2000. Porém, após o ano de 2000, decorreu um período de queda persistente da complexidade econômica do país.

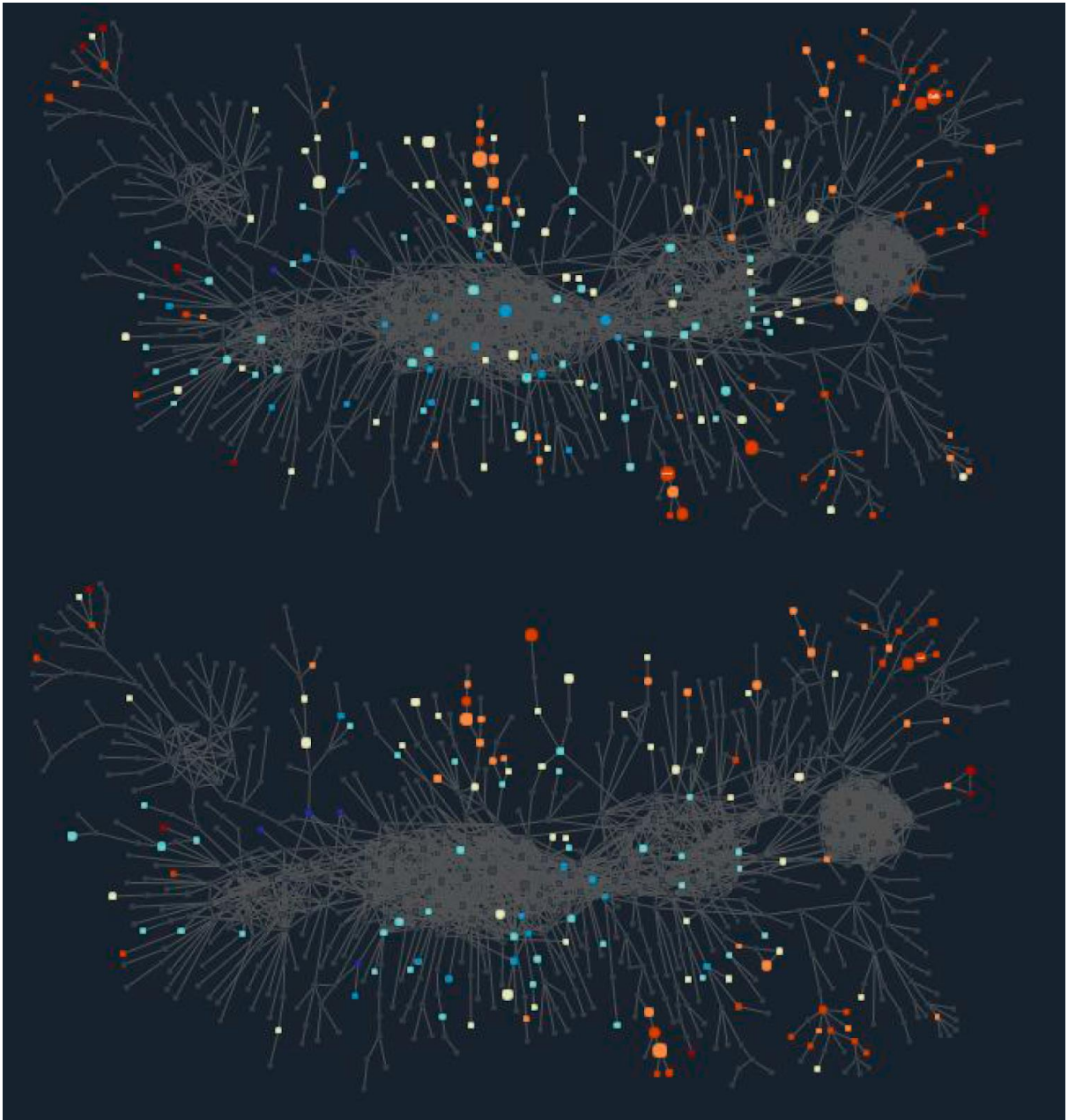
**Figura 26 - Índice de Complexidade Econômica do Brasil (1995-2015)**



Fonte: OEC

Dada a redução de complexidade no Brasil, há impactos no que diz respeito à desigualdade social do país considerando os estudos de Hartmann et al (2017). Na figura 27 (de acordo com os produtos exportados respectivamente em 1995 e 2016), pode-se constatar que em 1995 foram exportados produtos mais sofisticados, como por exemplo maquinário, representados pelas cores mais claras (azul). Em contrapartida, tais produtos reduziram sua participação na pauta exportadora do Brasil em 2016, ao mesmo tempo em que produtos com maior PGI (e, portanto, produzidos por países mais desiguais), mantiveram sua parcela na pauta de exportação. A partir desta análise, poderíamos inferir que o Brasil apresentou uma tendência a piorar sua distribuição de renda, dado o PGI de seus produtos exportados.

**Figura 27 - O PGI dos produtos exportados pelo Brasil (1995 e 2016)**



Fonte: OEC

#### 4.5. OS LIMITES DA QUEDA DA DESIGUALDADE SOCIAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE FURTADIANA

A despeito dos dados apresentados na seção anterior, ocorreu de fato uma melhora na distribuição de renda do país. Dado que essa melhora apoiou-se amplamente em políticas de salário mínimo, transferência de renda e programas sociais, faz-se necessário questionar se ela é sustentável a longo prazo, uma vez que não há garantia nem de que os recursos do Estado

continuarão a ser destinados na mesma (ou maior) proporção para tais fins, nem de que eles serão suficientes para dar continuidade a esse resultado.

Para Furtado (1977) o crescimento econômico refere-se ao aumento de produção real e fluxo de renda, enquanto que desenvolvimento econômico supera esse conceito ao abranger as repercussões que esse crescimento gera. A partir disso, pode-se depreender dos dados apresentados nesta pesquisa que os avanços no que diz respeito ao desenvolvimento do Brasil estão limitados, uma vez que, ainda que tenha havido conquistas no âmbito social desde os anos 1990, as repercussões dos períodos de crescimento não atingiram a estrutura produtiva brasileira de modo a sofisticá-la.

Pelo contrário, o Brasil passou por um período de desindustrialização que pode ser avaliado de diversas maneiras. Uma delas, de acordo com Bresser-Pereira e Marconi (2009), é comparando a participação do valor agregado no valor total da produção industrial entre os períodos 1996-2002 e 2003-2007, que reduziu-se em 12,7% para os setores de manufaturados (e 14,4% em específico para manufaturados de média-alta e alta tecnologia) e apresentou um aumento de 2,3% para os primários e derivados.

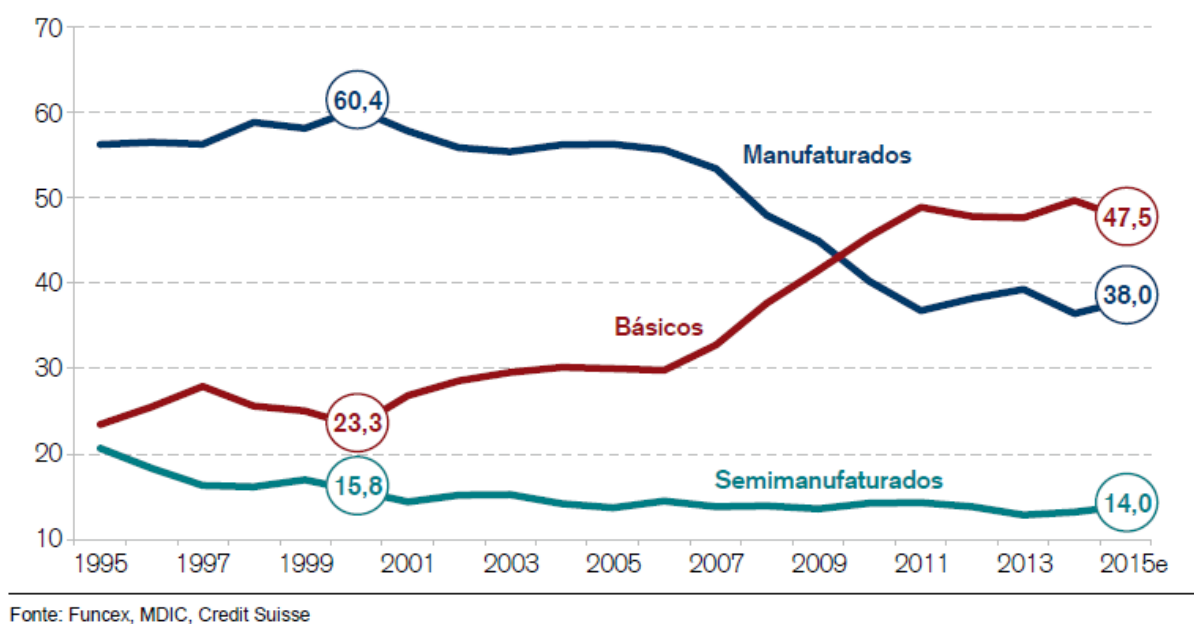
Outra maneira de se perceber a desindustrialização brasileira é através do aumento em torno de 366% de exportação de produtos primários, entre os anos de 1997 e 2008, contra 244% de manufaturados. Ainda, a cesta de importações do país nesse mesmo intervalo de tempo mostra que as importações de bens primários aumentaram em 26%, enquanto que a de bens manufaturados teve um aumento muito maior, de 154% (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2009).

Os autores também argumentam que a desindustrialização brasileira pode ser observada no plano dos investimentos, já que enquanto no período considerado (1997-2008) os investimentos no setor de commodities cresceram em 277%, no setor de manufaturados o aumento foi de apenas 30%, menos de 3% ao ano. De acordo com Bresser-Pereira (2009, p. 6, grifo nosso),

Graças ao aumento do rendimento das camadas pobres, acentuado pela valorização do real (no curto prazo a desvalorização cambial aumenta os salários), vimos a transferência de uma grande parte da população brasileira da classe D para a C, formando-se assim no Brasil um consumo de massas novo. Dessa forma, a indústria, que se viu impedida de exportar devido à valorização cambial, foi **temporariamente compensada** pelo aumento do mercado interno. Temporariamente porque, com a taxa de câmbio a R\$ 1,65 ou mesmo de R\$ 2,00 por dólar, a maioria das empresas industriais brasileiras competentes tecnologicamente não tem condições de exportar nem de enfrentar a concorrência no mercado nacional das importações.

Com dados mais atuais, Paulo Gala permite, na figura 28, que se observe que a composição das exportações brasileiras tornou-se mais primária entre os anos de 1995 e 2015. Tal primarização da pauta exportadora vai ao encontro dos níveis de Complexidade Econômica do país no período, já que, exceto entre os anos de 1995 e 2000, o índice apresentou uma queda persistente.

**Figura 28 - Composição das exportações em % do volume total**



Fonte: GALA (2018)

Além disso, na figura 29 observa-se que, entre os anos de 2000 e 2015, enquanto o Brasil aumentou o volume de importações, a produção industrial sofreu uma queda. Essa diferença entre ambos os fatores, além de relevar a desindustrialização ocorrida, reflete a dependência cultural existente entre o centro e a periferia, na qual o Brasil se situa. Nos países periféricos, uma minoria da população, capaz de concentrar grande parte da renda, se apropria do excedente econômico de modo a buscar o padrão de consumo do centro, ainda que não haja correspondente na acumulação de capital e progresso técnico no seu próprio país. Essa apropriação acaba por elevar o nível de importação do país sem incentivar, na mesma proporção, a indústria nacional, o que fica claro no gráfico de produção industrial e volume de importações na figura 29.

**Figura 29 - Produção industrial e volume de importações.  
Janeiro de 2000 = 100, com ajuste sazonal**



Fonte: GALA (2016)

Mesmo que haja períodos de industrialização no país, os recursos gerados não são alocados de maneira a fomentar o bem estar geral, já que a elite continua se apoderando dos benefícios dessas fases de modo a diversificar mais rapidamente seus hábitos de consumo. Conforme visto no capítulo anterior, uma pequena parcela de 10% da população brasileira consegue deter mais da metade de toda a renda do país. O fato de que o Brasil não adota tributação progressiva ou nem taxa heranças, por exemplo, contribui para o aumento e manutenção dos altos níveis de concentração de renda. Assim, apesar dos períodos de crescimento econômico que ocorreram após os anos 1990, o Brasil não deixou de ocupar a periferia do sistema capitalista, uma vez que o modelo de desenvolvimento adotado por sua elite não permite que o subdesenvolvimento seja superado.

Considerando a redução da complexidade econômica que ocorreu no país desde a década de 1990, o fenômeno do subdesenvolvimento brasileiro está fortemente relacionado a sua estrutura produtiva primária, já que, de acordo com Furtado (1977, p. 90), o desenvolvimento “[...] se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho”. Essa diversidade que Furtado aponta pode ser observada nas capacidades dispostas pelos países – segundo o conceito abordado pela perspectiva da complexidade-, que representam o conhecimento ligado à estrutura de produção deles (HAUSMANN; HIDALGO, 2011).

Essas capacidades podem tornar-se um obstáculo à industrialização na medida em que os países que não possuem determinada indústria não terão incentivos para obter as capacidades necessárias à sua fomentação (HAUSMANN; HIDALGO, 2011). Elas são

complementares umas às outras e fazem com que o país tenha uma tendência muito maior a exportar produtos já similares ao que exporta, por já possuir as capacidades requeridas. Portanto, a desindustrialização brasileira condiciona cada vez mais o país a essa situação, e dado que sua pauta exportadora é composta atualmente na sua maioria por produtos primários, o Brasil tende a continuar produzindo esse tipo de bem, ao invés de sofisticar sua produção. Essa tendência fica aparente na evolução do Espaço-Produto brasileiro entre os anos de 1995 e 2016, que mostra uma queda na produção de produtos mais complexos economicamente, mantendo a de produtos mais simples.

Considerando o fenômeno brasileiro de industrialização, desindustrialização, mudanças no nível de complexidade econômica e desigualdade de renda que ocorreu desde 1990, é possível pensar-se em três períodos distintos. O primeiro deles, entre 1990 e 2000, pode ser entendido como um período de modernização para as elites, sem modernização correspondente da estrutura produtiva do país e, por consequência, um período de redução da complexidade econômica do país.

Já no segundo período, nos anos 2000, a camada mais pobre da população conseguiu participar, ainda que por pouco tempo, dos benefícios do processo de modernização. Conforme pode-se observar na Tabela 3, entre os anos de 2002 a 2012 a renda per capita média aumentou em 3,65%, com um relevante salto entre os anos de 2011 e 2012.

**Tabela 3 - Taxa de variação anual dos indicadores de rendimentos e de consumo em períodos selecionados (%)**

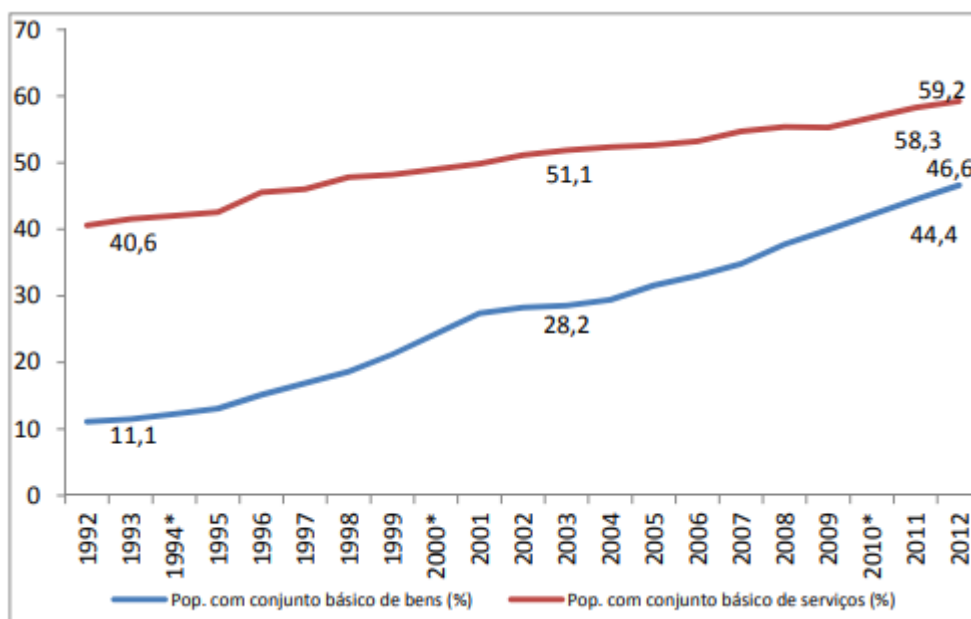
<b>Indicador</b>	<b>1992/2012</b>	<b>1992/2002</b>	<b>2002/2012</b>	<b>2011/2012</b>
PIB per capita	1,94	1,29	2,59	0,06
Consumo das famílias per capita	2,44	1,73	3,15	2,23
Renda per capita média	3,09	2,53	3,65	7,98
Renda per capita mediana	3,85	2,10	5,64	7,60
Salário mínimo	2,49	-0,22	5,26	7,89
Pop. com conjunto básico de bens (p.p.)*	1,78	1,72	1,84	2,16
Pop. com conjunto básico de serviços (p.p.)**	0,93	1,06	0,81	0,98

Fonte: IPEA (2013)

Esse aumento de renda possibilitou à camada mais baixa da população o acesso a serviços públicos essenciais e a bens de consumo duráveis, como pode-se observar na figura 30, tais como TV e geladeira.

O percentual de pessoas que tiveram simultaneamente a energia elétrica, coleta de lixo (direta ou indireta), esgotamento sanitário adequado (rede geral ou fossa séptica ligada à rede) e acesso adequado à rede geral de água aumentou 1 ponto percentual (p.p.) em 2012, atingindo o universo de 59,2% da população. Da mesma forma, houve um aumento de 2,2 p.p. da população moradora em domicílios com telefone, televisão a cores, fogão com duas bocas ou mais, geladeira, rádio e máquina de lavar, que corresponderam a 46,6% da população em 2012 (IPEA, 2013, p.7).

**Figura 30 - Posse de bens duráveis e acesso a serviços públicos essenciais, 1992-2012**



Fonte: IPEA (2013)

Na metade do século XX, o fordismo impulsionou o aumento de salários, o que elevou o consumo da classe trabalhadora. Conforme Ribeiro (2015, p. 70), para que a indústria de massa crescesse, era fundamental incentivar e manter altos padrões de consumo. Desse modo, o acesso a serviços essenciais e bens de consumo duráveis tornou-se padrão para os países desenvolvidos na época. Por isso, a experiência brasileira pode ser considerada uma modernização tardia, já que proporcionou à classe mais pobre uma ascensão a níveis de vida que já eram padrão em outras sociedades há décadas. Foi apenas no século XXI que alguns estratos mais pobres do Brasil conseguiram ter acesso a uma parcela da cesta de consumo que prevalecia na classe trabalhadora e na elite brasileira há mais de meio século atrás.

Assim, durante pouco mais de uma década, o processo de marginalização reduziu sua intensidade e os mais pobres puderam aumentar seu poder de compra no Brasil. Isso só foi possível, em boa parte, devido ao boom das commodities e às políticas sociais adotadas, principalmente as de aumento do salário mínimo e de transferência de renda. O lulismo, abordado por Singer (2012), foi particularmente importante ao propiciar, para as pessoas mais

pobres, a experiência de um fordismo tardio, pois possibilitou a elas o alcance do que as economias avançadas e a elite brasileira já haviam conquistado há quase um século atrás. Esse período também foi importante pois proporcionou um alívio, ainda que temporário, dos efeitos do processo de marginalização brasileiro.

Porém, num terceiro período a partir de 2015, com o fim do boom das commodities e a contínua redução da complexidade econômica, volta-se ao cenário brasileiro de 1990 no que concerne aos processos de modernização e exclusão da camada mais baixa da população dos benefícios de possíveis excedentes econômicos. Isso fez com que, a partir de 2015, tenha se experimentado um retorno ao aumento da desigualdade social, explicado em parte pelo fato de que a queda da desigualdade social no Brasil, tal qual ocorreu desde a década de 1990, encontra limites para sua consecução na medida em que torna-se difícil equilibrar economicamente melhorias na concentração de renda (apoiadas em parte em políticas e programas sociais), com um aprofundamento da desindustrialização que tem, dentre outras consequências, um aumento da desigualdade social.

Além disso, o presente problema fiscal brasileiro que bloqueia ou limita as possibilidades de gastos sociais (como a PEC 55) tende a piorar a desigualdade social, em conjunto com a redução da complexidade econômica do país. A manutenção de um sistema tributário regressivo em um país caracterizado pela alta concentração de renda é também uma decisão política, que favorece a pequena parcela elitizada da população em detrimento do restante dos contribuintes.

Assim, para amparar de maneira sustentável e duradoura o alívio da concentração de renda, é necessário promover reformas na estrutura produtiva do país, com um aumento da complexidade econômica, já que esta gera, conforme Gala (2016),

[...] um ambiente propício para o desenvolvimento comum aonde as inovações e ganhos de eficiência, [...] se bem redistribuídos, promovem novas ondas de ganhos de produtividade, mais diversidade e complexidade, num ambiente geral de criação de riquezas aliado ao desenvolvimento humano e da qualidade de vida.

A modernização foi o caminho encontrado pelos países subdesenvolvidos, como o Brasil, para assimilar o progresso técnico constantemente renovado pelas revoluções tecnológicas nos países desenvolvidos. Porém, além de não permitir que se supere o subdesenvolvimento, a modernização opera em conjunto com a marginalização dessas sociedades, que têm como característica altos níveis de desigualdade social. Essa característica, ainda que tenha encontrado alívio a partir dos anos 1990 internamente, continua



sendo marcante no Brasil, tendendo a aumentar dado que o processo de marginalização retorna com força em meados de 2015 e combina-se com uma estrutura produtiva cada vez menos complexa, incapaz de gerar repercussões que possibilitem melhoras nos índices sociais.

Dessa maneira, o Brasil se mantém na periferia do sistema capitalista, o que o torna suscetível às decisões do centro no que concerne à economia internacional. Como sua elite perpetua os processos de modernização, buscando atingir um padrão de consumo de países desenvolvidos a partir do excedente econômico não distribuído, a dependência cultural do Brasil em relação aos países do centro se aprofunda. Conforme Furtado (1983) argumenta, a formação de uma classe pressupõe a existência de autonomia cultural, que no caso de países periféricos como o Brasil é radicada por um processo de colonização que parte de duas origens distintas: uma composta pela própria minoria elitizada, e outra pelos países do centro.

Fiori (2000) aborda, em seu artigo “A propósito de uma “Construção Interrompida””, a hipótese de Furtado de que a partir de 1990 o Brasil enfrenta uma interrupção do processo, até então em curso, de formação econômica nacional, assim como uma perda de esperança na possibilidade de desenvolvimento do país. Essa formação tem por pressuposto, segundo Furtado, algumas importantes condições, tais como a existência de centros de decisões endógenos ao país. Porém, como a dependência cultural brasileira se aprofundou nas últimas décadas, o Brasil acaba cedendo ao centro a capacidade de influenciar os rumos da economia internacional e de suas políticas econômicas.

Uma previsão frustrante, se tivermos presentes um conceito e uma hipótese que atravessam o trabalho teórico e as análises históricas de Celso Furtado e, ao mesmo tempo, reaparecem como condição essencial do seu projeto políticoeconômico: sua concepção e seu projeto de uma “formação econômica nacional”, e sua hipótese de que ela só se concluiria com a criação “dentro do território brasileiro, de um sistema econômico articulado e capacitado para autogerir-se (...) [através] de centros de decisão consistentes e autônomos” (Furtado, 1975: 79). Esta premissa sustenta sua convicção de que a formação de um sistema econômico nacional brasileiro teria três condições indispensáveis: a primeira seria a criação e fortalecimento de “centros endógenos de decisão” capazes de dar-nos “a faculdade de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades estabelecidas por nós mesmos” (Furtado, 1984: 108); a segunda seria que este processo fosse acompanhado por uma crescente homogeneização da sociedade, capaz de abrir espaço para a realização do potencial da cultura brasileira; e a terceira, finalmente, que a própria idéia da “formação” se fizesse “vontade coletiva” e projeto político capaz de acumular a força indispensável para transformar a agenda das prioridades nacionais em dimensão política do cálculo econômico. Para Celso Furtado, este era um processo em pleno curso – pelo menos desde os anos 30 – que foi atropelado pelas transformações mundiais que se aprofundaram a partir da década de 70 e interrompido pelas políticas e reformas liberais levadas a cabo pelos governos brasileiros da década de 90 (FIORI, 2000, p. 2).

Portanto, no presente capítulo apresentou-se uma nova perspectiva sobre a redução da desigualdade social, que leva em consideração a complexidade econômica dos países e, portanto, sua estrutura produtiva. A partir da relação construída entre o nível de complexidade de um país e sua concentração de renda, pode-se inferir que o Brasil não pode sustentar a longo prazo uma redução de desigualdade social ao mesmo tempo em que se desindustrializa e torna-se menos complexo economicamente. O pensamento de Furtado (1983) embasa esse ponto de vista uma vez que defende que o modelo de desenvolvimento buscado por países subdesenvolvidos, tais como o Brasil, resulta em uma maior concentração de renda por uma pequena parcela da população, o que foi possível observar no segundo capítulo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro capítulo desta pesquisa apresentou a base teórica de Furtado, que permitiu uma avaliação do paradoxo brasileiro de desindustrialização e redução dos índices de desigualdade social. Os processos de modernização abordados pelo autor podem ser vistos na trajetória brasileira, a partir de 1990 – em maior ou menor grau – em conjunto com a marginalização do país dentro do sistema centro-periferia e da camada mais pobre da população. A minoria elitizada da qual fala Celso Furtado encontra seu equivalente na pequena parcela da população brasileira que concentra, conforme dados levantados, mais da metade da renda do país.

O segundo capítulo contextualizou histórico, político e economicamente a queda da desigualdade social. O advento da chamada Constituição Cidadã, de 1988, foi um marco no que diz respeito à promoção e abrangência de políticas sociais, criando diretrizes que influenciaram as escolhas políticas dos governos que vieram a seguir. O governo PT direcionou diversos esforços em relação à classe mais pobre do Brasil e logrou diminuir a desigualdade social desse estrato, tirando milhares de pessoas da extrema pobreza e pobreza no país.

Porém, ainda que as políticas de transferência e de salário mínimo adotadas pelo governo tenham gerado grandes impactos para a redução da desigualdade do país, em termos internacionais o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo. De acordo com os dados apresentados, o que ocorreu foi uma homogeneização entre a classe mais baixa e a classe média – aos custos desta última – enquanto que a elite brasileira manteve e até mesmo aumentou, em alguns anos, a parcela de renda que ela concentra. Em 2015, o 0,1% mais rico detinha mais renda do que metade da população brasileira.

Além disso, a análise da situação brasileira a partir dos anos 1990 acerca da sua Complexidade Econômica demonstrou que a sua estrutura produtiva tornou-se menos complexa desde então. Os dados do OEC mostraram que a pauta exportadora do país tornou-se mais primária, conforme a evolução do Espaço-Produto brasileiro, o que reflete a desindustrialização ocorrida no país abordada por Bresser-Pereira e Marconi. A queda constante da complexidade econômica limita a redução da desigualdade social, já que uma estrutura complexa se baseia mais em conhecimento e tecnologia bem distribuídos do que em recursos naturais ou mão de obra barata, que é o caso dos países que exportam produtos mais simples.

Ainda que nos anos 2000 a camada mais pobre da população tenha conseguido usufruir dos benefícios de um processo de modernização tardia e a queda da desigualdade tenha tido grande impulso, esses benefícios representam o acesso a bens essenciais e a um nível de consumo que já era o padrão de muitos dos países desenvolvidos. Ou seja, mesmo que isso tenha sido histórico para a trajetória brasileira, o país não conseguiu deixar de ser um dos mais desiguais do mundo, nem foi capaz de gerar mudanças que desconcentrassem a renda da elite do Brasil.

Portanto, a redução da desigualdade social brasileira possui limites caso a estrutura produtiva do país não se sofisticue. A redução alcançada a partir dos anos 1990 contou com o cenário internacional favorável do boom das commodities e com políticas governamentais que, através da valorização do salário mínimo e da transferência de renda, por exemplo, conseguiram elevar o nível de renda da população mais pobre e por consequência seu padrão de consumo. Porém, o sucesso dessas medidas limita-se uma vez que o Brasil vem passando, nos últimos anos, por um processo de desindustrialização e reprimarização da estrutura de produção. Ainda, a manutenção do sistema tributário regressivo no país e a política fiscal adotada, que atualmente restringe os gastos sociais, colaboram para a piora dos níveis de desigualdade de renda. Assim, esse modelo de desenvolvimento buscado pelo Brasil o condiciona a sua situação de subdesenvolvimento e gera, conforme Furtado, maior concentração de renda, o que já observa-se a partir de 2015 com o fim da modernização tardia para os pobres e um retorno do aumento da desigualdade social.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. CATCHING UP NO SÉCULO XXI: CONSTRUÇÃO COMBINADA DE SISTEMAS DE INOVAÇÃO E DE BEM-ESTAR SOCIAL. In: IPEA. **Crescimento Econômico: Estratégias e Instituições**. Rio de Janeiro. 2009. p. 55-83. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro\\_CrescimentoEconomico.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_CrescimentoEconomico.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2018
- AREND, M. **Atraso via modernização cultural**: uma leitura evolucionista das obras de Raymundo Faoro e de Celso Furtado. *Economia*, Brasília, v. 9, n. 3, p.651-681, dez. 2008.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Gerador de Séries Temporais**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 02 jun. 2018.
- BOCCHINI, B. Agência Brasil. **Milagre para uns, crescimento da economia foi retrocesso para maioria**. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-03/milagre-para-uns-crescimento-da-economia-foi-retrocesso-para-maioria>>. Acesso em: 10 mai. 2018.
- BRASIL. **Constituição**, 1988. República Federativa do Brasil, Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O governo Dilma frente ao "tripé macroeconômico" e à direita liberal e dependente. **Novos Estudos**, n. 95, p. 5-14, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n95/01.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2018.
- \_\_\_\_\_. Valor Econômico. **Doença Holandesa e Desindustrialização**. 2009. Disponível em: <<http://bresserpereira.org.br/doenca-holandesa-e-desindustrializacao-valor-25-11-09/>>. Acesso em: 22 mar. 2018.
- CAMPELLO, T; MELLO, J. O processo de formulação e os desafios do plano brasil sem miséria: por um país rico e com oportunidades para todos. In: brasil. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **O Brasil sem miséria**. Brasília. 2014. Cap. 1. p. 1-33. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_o\\_brasil\\_sem\\_miseria/artigo\\_1.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/artigo_1.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2018.
- CARNEIRO, R. M. Ipea (Org.), Brasília. **Desafios do Desenvolvimento Brasileiro**. 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_desafiosdesenvolvimento.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_desafiosdesenvolvimento.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2018.
- CASTRO, J. A. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, p. 1011–1042, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspea12.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

CASTRO, J. A. ; CARDOSO JR., J. C. . Políticas sociais no Brasil: gasto social do governo federal de 1988 a 2002. In: Luciana Jaccoud. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, v. , p. 261-318. Disponível em <[http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap\\_6-10.pdf](http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_6-10.pdf)>, Acesso em 02 mai. 2018

CASTRO, J. ; RIBEIRO, J. A. C. As políticas sociais e a Constituição de 1988: conquistas e desafios. In: IPEA. **POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise**. Brasília. 2009. p. 17-73. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Introducao\\_32.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Introducao_32.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CENTER FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. **Atlas of Economic Complexity**. Disponível em: <<http://atlas.cid.harvard.edu/>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

CHANCEL, L. et al. World Inequality Lab (Org). **Informe sobre la desigualdad global 2018**. 2017. Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2017/12/pesquisa-desigualdade-mundial-2018.pdf>>. Acesso em 20 mai. 2018.

COMMISSION FOR SOCIAL DEVELOPMENT. **Poverty eradication: Report of the Secretary-General**. 2011. Disponível em: <<https://undocs.org/E/CN.5/2012/3>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

CRUZ, A. I. G. et al. **A economia brasileira: conquistas dos últimos 10 anos e perspectivas para o futuro**. Brasília: BNDES, 2012. Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/961/1/A economia brasileira-conquistas dos ultimos dez anos \\_P-final\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/961/1/A%20economia%20brasileira-conquistas%20dos%20ultimos%20dez%20anos_P-final_BD.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2018.

DEDECCA, C. S. A redução da desigualdade e seus desafios. **Textos para Discussão**, n. 2031, p. 1–62, 2015. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Agenda\\_Publica/td\\_2031.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Agenda_Publica/td_2031.pdf) >. Acesso em 07 jun. 2018.

DUARTE, B. DE C.; SIMÕES, H. B. **ANÁLISE DO GASTO SOCIAL FEDERAL NO PERÍODO 1995-2005**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.cepal.org/publicaciones/xml/2/27862/lcbrsr180brunodecarvalhoehellenbarbos a.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

FIORI, J. L. O propósito de uma “Construção Interrompida”. **Economia e Sociedade**, v. 9, n. 1, p. 1–19, 2000. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643119/10669>>. Acesso em: 10 maio 2018.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.

\_\_\_\_\_. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1977.

\_\_\_\_\_. **Um projeto para o Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1969, 133p.

GALA, P. **Ascensão e queda da complexidade produtiva da economia brasileira:1964-2014**. 2018. Disponível em: <<http://www.paulogala.com.br/ascensao-e-queda-da-complexidade-da-economia-brasileira1964-2014/>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **A desigualdade de um país diminui conforme sua complexidade econômica aumenta**. 2018. Disponível em: <<http://www.paulogala.com.br/a-desigualdade-de-um-pais-diminui-conforme-sua-complexidade-economica-aumenta/>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **A desindustrialização da pauta exportadora do Brasil**. 2018. Disponível em: <<http://www.paulogala.com.br/a-desindustrializacao-da-pauta-exportadora-do-brasil/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **A economia do shopping center: para entender o Brasil dos últimos anos**. 2016. Disponível em: <<http://www.paulogala.com.br/a-economia-do-shopping-center-para-entender-o-brasil-dos-ultimos-anos/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Como medir complexidade econômica?** 2018. Disponível em: <<http://www.paulogala.com.br/como-medir-complexidade-economica/>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Resumo do meu livro Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações**. 2017. Disponível em: <<http://www.paulogala.com.br/resumo-meu-novo-livro-complexidade-economica-uma-nova-perspectiva-para-entender-antiga-questao-da-riqueza-das-nacoes/>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

GIAMBIAGI, F. et al. **Economia Brasileira Contemporânea: [1945-2010]**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2011. 290 p. Disponível em: <[http://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Economia\\_Brasileira\\_Contemporanea/ECONOMIA\\_BRASILEIRA\\_CONTEMPORÂNEA\\_2A\\_ED.pdf](http://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Economia_Brasileira_Contemporanea/ECONOMIA_BRASILEIRA_CONTEMPORÂNEA_2A_ED.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2018.

HARTMANN, D. et al. Linking Economic Complexity, Institutions, and Income Inequality. **World Development**, v. 93, p. 75–93, 2017. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/277560572\\_Linking\\_Economic\\_Complexity\\_Institutions\\_and\\_Income\\_Inequality](https://www.researchgate.net/publication/277560572_Linking_Economic_Complexity_Institutions_and_Income_Inequality)>. Acesso em: 02 mar. 2018.

HAUSMANN, R; HIDALGO, C. A. **The Atlas of Economic Complexity: Mapping Paths to Prosperity**, 2011. Disponível em: <[https://atlas.media.mit.edu/static/pdf/atlas/AtlasOfEconomicComplexity\\_Part\\_I.pdf](https://atlas.media.mit.edu/static/pdf/atlas/AtlasOfEconomicComplexity_Part_I.pdf)>. Acesso em: 02 mar. 2018.

HIDALGO, C. et al. The Product Space Conditions the Development of Nations. **Science**, v. 317, p. 482–487, 2017. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/277560572\\_Linking\\_Economic\\_Complexity\\_Institutions\\_and\\_Income\\_Inequality](https://www.researchgate.net/publication/277560572_Linking_Economic_Complexity_Institutions_and_Income_Inequality)>. Acesso em: 02 mar. 2018.

IPEA. **Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE**. 159. Brasília: Ipea, 2013. 47 p. (Comunicados do IPEA). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/131001\\_comunicado159.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicado159.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2018.

LOPREATO, L. F. C. Aspectos da Atuação Estatal de FHC a Dilma. **Textos para Discussão**, n. 2039, p. 1–52, 2015. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2039.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2039.pdf)>. Acesso em 07 mai. 2018.

MEDEIROS, A. M. Sabedoria Política. **Constituição Federal**. 2013. Disponível em: <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/ciencia-politica/poder-e-soberania/constituicao-federal/>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

MORGAN, M. **Extreme and Persistent Inequality**: Paris: First Wid.world Conference Paris School Of Economics, 2017. 44 slides, color. Disponível em: <<http://wid.world/wp-content/uploads/2017/12/113-Morgan-slides.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Extreme and Persistent Inequality: New Evidence for Brazil Combining National Accounts, Surveys and Fiscal Data, 2001-2015. WID.world WORKING PAPER SERIES**. Paris: Paris School of Economics, 2017. Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2017/09/extreme-and-persistent-inequality-new-evidence-for-brazil-marc-morgan-wid-wp-2017-12.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Erradicação da pobreza. Documentos Temáticos**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <[https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Documento-Tematico-ODS-1-Eradicacao-da-Pobreza\\_11junho2017.pdf](https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Documento-Tematico-ODS-1-Eradicacao-da-Pobreza_11junho2017.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lula recebe Prêmio Mundial de Alimentação**. 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/lula-recebe-premio-mundial-de-alimentacao/>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, p.37-48, 2002. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477/372>>. Acesso em: 15 maio 2018.

RIBEIRO, A. DE F. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**, v. 19, n. 35, p. 65–79, 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/viewFile/26678/pdf>>. Acesso em 07 jun. 2018.

SANTOS, C. H. M; GOUVÊA, R. R. Ipea (Org.), Brasília. Um Panorama Macroeconômico das Finanças Públicas 2004-2011 in **Finanças públicas e macroeconomia no Brasil: um registro da reflexão do Ipea (2008 – 2014)**, v.2, 2014. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_financas\\_vol\\_2.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_financas_vol_2.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2018.

SEVEGNANI, J. Jus.com.br. **O modelo regressivo de tributação no Brasil**. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/20574/o-modelo-regressivo-de-tributacao-no-brasil>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 280 p.



WID.WORLD. **World Inequality Database**. Disponível em: <<http://wid.world/>>. Acesso em: 12 mai. 2018.